



Foi assim no fim-de-semana passado: a Festa do «Avante!» já começou!

Festa do «Avante!» — 1979

O trabalho já começou (e hoje continua!)

Pag. 9

MENOS
15 MILHÕES
DE CONTOS
PARA
AS AUTARQUIAS
POR DECISÃO
DO PS
DO PPD
E DO CDS
CONTRÁRIA
AOS INTERESSES
POPULARES

Pag. 12



Um aspecto do comício de encerramento da Festa da Unidade em S. Domingos de Rana

Álvaro Cunhal em S. Domingos de Rana

«A alternativa neste momento é: ou um governo democrático com uma política democrática ou a realização de eleições intercalares para a Assembleia da República»

(págs. centrais)

BRAGA 15 a 17 de JUNHO

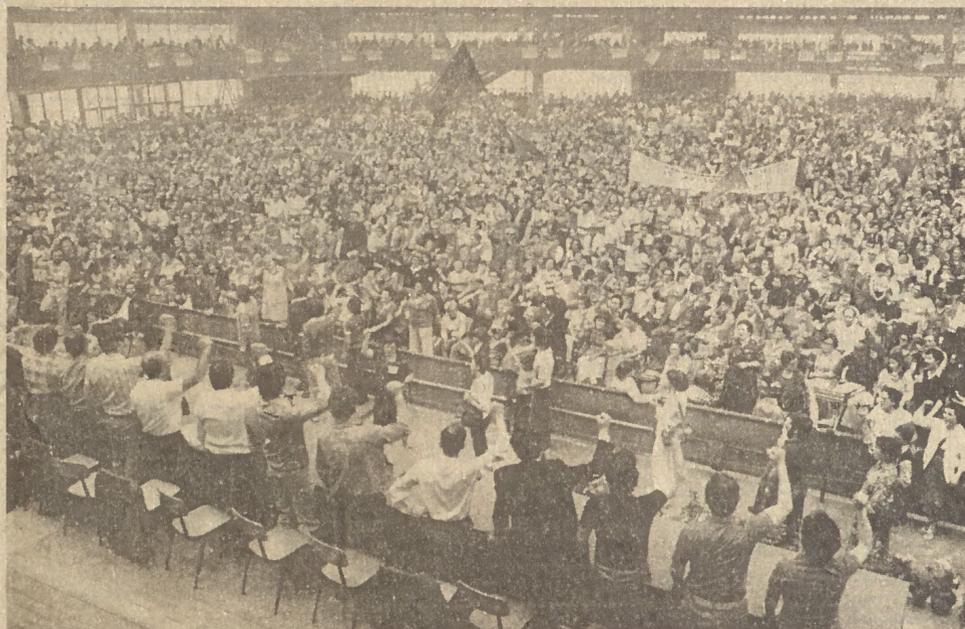


Festa da Alegria

Pág. 3

Cresce a luta contra a repressão nas empresas da Amadora

Pág. 5



A Palácio de Cristal encheu-se para o comício em que participaram os camaradas Jaime Serra e Dinis Miranda, da Comissão Política do CC

GRANDE COMÍCIO NO PORTO PARA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DO IX CONGRESSO DO PARTIDO

Pág. 6

Editorial

URGENTE A FORMAÇÃO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO

Os órgãos de soberania dos quais depende, nos termos constitucionais, a solução da crise governativa, têm na hora actual uma urgente tarefa a cumprir em dois tempos:

- 1.º - Libertar o País do flagelo do governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS;
- 2.º - Substituí-lo rapidamente por um outro que reponha nas funções governativas um mínimo de dignidade e de legalidade democrática.

Este é um imperativo nacional e patriótico a que os órgãos de soberania não poderiam eximir-se sem negar frontalmente a vontade expressa da esmagadora maioria dos portugueses.

No primeiro tempo a exoneração do Primeiro-Ministro e a consequente demissão do governo foram um passo necessário mas que não pode nem deve eternizar-se sem o segundo, numa situação transitória que custaria cara ao País.

Cada dia a mais no exercício de funções governativas do elenco Mota Pinto, em particular deste último, significa a prática de uma política francamente hostil aos interesses dos trabalhadores e de toda a população laboriosa, a continuação de uma política de ódio, de arbítrio e ilegalidade, de uma guerra aberta às conquistas fundamentais do 25 de Abril, a manutenção de uma completa e servil submissão aos interesses do grande capital português e estrangeiro e do imperialismo.

Eternizar por meio de balões de oxigénio a existência do governo demitido Mota Pinto significaria consentir que continuasse perigosamente alojado no organismo nacional um tumor infeccioso que se tornou objecto da profunda aversão das massas populares e das forças democráticas e patrióticas às quais incumbe em última análise viabilizar no mais curto prazo possível uma alternativa constitucional para a situação existente.

★ ★ ★

É inegável que as moções de censura apresentadas simultaneamente na Assembleia da República pelo PCP e pelo PS, ainda que de sensibilidades diferentes, exprimem em termos parlamentares o irredutível divórcio entre o governo Mota Pinto/PPD e o país real.

Visivelmente, o exonerado Primeiro-Ministro quis fugir ao debate e à dissecação pública da sua política antinacional, à explanação dos fundamentos das duas moções de censura tentando até à última refregiar-se numa insustentável confiança no Presidente da República para se agarrar ao Poder.

Nas suas declarações de há dias aos órgãos de comunicação social, justificativas do seu pedido de exoneração, Mota Pinto afirmou que o seu governo tinha o apoio do Povo português e que se viria forçado a demitir-se apenas pela obstrução sistemática da Assembleia da República acrescentando ainda que mais do que sob qualquer outro governo o seu conheceria a maior paz social.

Tais declarações reflectem ou a inconcebível cegueira do exonerado Primeiro-Ministro ou a sua hipocrisia.

De facto, nenhum outro governo depois do 25

de Abril foi mais longe nas suas medidas antipopulares, nenhum se viu mais contestado pelos trabalhadores e pelas classes e camadas médias do povo, nenhum suscitou o protesto mais vigoroso do movimento operário e popular em Portugal.

Os meses de Março e Abril do ano em curso, com a culminância do 1.º do Maio, que pôs na rua mais de um milhão e meio de portugueses, foram períodos da maior movimentação de massas contra a política de um governo que colocou no centro da sua actuação a recuperação acelerada da exploração capitalista, latifundista e imperialista em formas violentas e abertamente inconstitucionais.

Quanto à apregoada «paz social» do governo demitido basta recordar que só nos primeiros quatro meses deste ano se registaram cerca de 450 lutas em empresas, mais do que em qualquer igual período dos dois anos anteriores, das quais 28% nas desintervencionadas; as lutas contra os despedimentos que haviam crescido 36% em 1978; elevaram-se de Janeiro a Abril 59%; as lutas em defesa dos direitos conquistados, postos em causa pela política antiooperária do governo, subiram no mesmo período 27% quando haviam abrangido apenas 19% durante todo o ano de 1978; a percentagem das que assumiram a forma de greve que em 78 subira 28% relativamente a 1977, foi de Janeiro a Abril de 32% de todas as formas de luta, abrangendo 15 sectores profissionais (contra 38 durante todo o ano de 78) e 590 000 trabalhadores (contra 1 800 000 trabalhadores em 1978).

★ ★ ★

No plano social, económico e financeiro, para não falar nesse modelo de incompetência técnica, de favoritismo das classes privilegiadas e de subserviência ao FMI, que é o Orçamento Geral do Estado, basta referir a «remexida» no chamado «cabaz de compras» que reduziu de 13,2% para 11,5% a protecção das despesas familiares em produtos essenciais antes incluídos no «cabaz», elevando ao mesmo tempo os seus preços de 17% (mais de 20% para a carne de porco e a pescada congelada) e provocando assim o aumento brutal dos produtos «libertados», como a carne de vaca e o peixe fresco.

A dívida externa de mais de 300 milhões de contos às cotações actuais eleva já para 35 milhões de contos o montante dos encargos anuais a pagar pelo Povo português, enquanto, inflexível, o FMI continua a exigir novas restrições ao crédito bancário, a desvalorização mensal de 1,25% do escudo — na realidade ainda superior a esta percentagem — e o tecto dos 18% para os salários, sem que o governo agora demitido tenha mostrado qualquer veleidade de resistência.

A ofensiva contra a Reforma Agrária — que o governo continua a levar odiosamente por diante apesar de demitido — elevou para 140 000 hectares a área das terras roubadas às UCPs (50 000 pelo MAP de Mota Pinto); 30 000 cabeças de gado, cerca de 2000 máquinas e outros bens usurpados em benefício de «reservatórios», alguns que nunca cheiraram a terra; cerca de 15 000 trabalhadores lançados para

o desemprego, 33 UCPs e Cooperativas destruídas. As dívidas do Estado às UCPs sobem a mais de 1 milhão de contos e 6 das unidades estão à beira da falência em resultado dos atropelos financeiros do MAP.

De facto, nenhum governo deixou antes as cadeiras do Poder tão contestado e odiado pelo Povo português como o do exonerado Mota Pinto.

Substituí-lo no mais curto prazo é uma exigência nacional que não pode ser protelada por mais tempo.

★ ★ ★

É urgente uma alternativa democrática e constitucional a este governo demitido e profundamente contestado.

Os partidos reaccionários manobram desesperadamente para criarem uma situação sem saída no quadro das actuais instituições e do regime democrático.

A demissão do governo Mota Pinto encheu de pavor a direita e a extrema-direita. Multiplicam-se as manobras e pressões de toda a ordem para impor uma alternativa reaccionária favorável aos interesses e objectivos da reacção e do imperialismo.

Essa alternativa passa por fórmulas claramente inconstitucionais. Em particular, a intolerável chantagem do PSD e do CDS sobre o Presidente da República e o próprio PS é uma operação conexa numa estratégia que visa a instauração de uma nova ditadura reaccionária.

Dona Roseta, do PSD, leva o seu refinamento até ao absurdo. Disse ela em Faro: «Se o PR disser a Assembleia da República o PSD poderá talvez considerar a hipótese de apelo à recandidatura de Ramalho Eanes mas como cidadão e nunca como militar».

É sabido que o PPD/PSD e o CDS jogam noutra carta quanto a um candidato seu às eleições presidenciais. Atrair o PR a uma armadilha para simultaneamente o afastar da Presidência da República e do cargo de CEMGFA é um propósito conhecido da clique de Sá Carneiro, bem evidente no arrazoado de Dona Roseta.

Compreende-se porque o PSD e Sá Carneiro põem como única alternativa às eleições antecipadas e procuram ganhar o Presidente para a dissolução imediata da Assembleia da República: o partido do «chefe» ficou com a sua expressão parlamentar reduzida a menos de metade dos deputados e com eleições antecipadas «tudo o que vier à rede é peixe» e Sá Carneiro ambiciona liquidar o grupo dos «inadiváveis» agora constituídos em Associação Social Democrata, em seu benefício.

Também o CDS reduziu a uma páldia sombra da força eleitoral que pôs 42 deputados nas bancadas parlamentares quer eleições antecipadas antes que se esfume no embate das ambições da direita e no definhamento da sua base eleitoral, pretende ilgar-se ao PSD como a uma tábua de salvação.

Convém desde logo pôr o acento neste fantasmagórico «jogo eleitoral» dos partidos da direita e da extrema-direita associado ao projecto de revisão inconstitucional e referendária da

Constituição, na qual os reaccionários de todos os matizes depositam as suas esperanças.

Quanto aos «inadiváveis», da Associação Social Democrata a ambiguidade é a sua política. É sintomática a defesa de uma frente anti-PCP na base de um entendimento entre o PSD, o CDS e o PS, defendido pelo grupo Sousa Franco/Magalhães Mota, em holocausto ao qual a ASD se comprometeria a renunciar aos seus mandatos de deputados restituindo assim a Sá Carneiro a totalidade do seu grupo parlamentar.

Pode-se perguntar aos «inadiváveis», quando se propõem preencher um espaço político, se é nas posições extremas de Sá Carneiro e Freitas do Amaral que o encontram.

A alternativa que pode tornar-se a única viável para uma saída democrática através de eleições intercálculos, surge assim distorcida pelos interesses inconfessáveis das forças reaccionárias, ávidas do poder, que têm como objectivo a liquidação do próprio regime democrático.

★ ★ ★

Uma alternativa democrática para a situação actual resultante da demissão do governo de direita Mota Pinto/PPD/CDS, deve mobilizar urgentemente os esforços e a inteligência de todas as forças democráticas e patrióticas, em primeiro lugar do PS e do PCP.

A reacção busca desesperadamente introduzir novas cunhas nas relações entre socialistas e comunistas que podem juntamente com outros democratas e patriotas impor e garantir uma solução constitucional imediata para a crise governativa.

O PCP reafirma a sua disposição para examinar com todos os democratas e patriotas e com os órgãos de soberania aos quais compete a decisão da crise, a alternativa de um governo capaz de assegurar transitoriamente, sem conflitos nem decisões altamente controversas, a governação do País até às eleições legislativas de 1980, um governo apaziguador com base parlamentar e apoio popular, a constituir sem desnecessárias demoras.

Se uma tal alternativa não se tornar viável, então que se examine no mais curto prazo possível a possibilidade de um governo de gestão que assegure os negócios correntes do Estado até eleições intercálculos após o que deve dissolver-se, nos termos da Constituição, a Assembleia da República.

Um governo de gestão que mereça a confiança das forças democráticas ou composto pelos representantes dos partidos com representação parlamentar e nunca, como é óbvio, um governo de direita e ainda menos o governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS, representantes das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa e que nenhuma garantia ofereceriam para a dignidade e legalidade de quaisquer eleições — antecipadas ou não.

A classe operária, todos os trabalhadores, as classes e camadas médias da população portuguesa, todos os que anseiam defender a democracia e a independência nacional, todos os que querem defender e consolidar o 25 de Abril, esperam que uma tal alternativa resulte viável na conjuntura actual.

APU presente nas eleições na Maia-Açores

O povo da freguesia da Maia, no concelho de Ribeira Grande, Açores, vai ser chamado a votar mais uma vez no próximo dia 17 de Junho para escolher os seus representantes na Assembleia da Freguesia da Maia, a que a APU se candidata pela primeira vez.

A repetição de eleições, provocada pelos eleitos do PS e PPD, veio pôr a nu a incompetência que desde 1976 reinava naquele órgão autárquico, incapaz de responder à confiança que nele depositaram os eleitores, que no mínimo esperavam poder deixar de se «deslocar» à Ribeira Grande para tratar de um simples atestado, com

todos os encargos que essa deslocação acarretava».

Entendendo que não é voltando costas aos problemas que eles se resolverão, mas sim lutando com todo o esforço e entusiasmo e com a participação popular na procura das melhores soluções, a APU considerou ser seu dever candidatar-se, não obstante estas eleições se realizarem apenas a seis meses das eleições gerais para as autarquias.

A lista da APU, constituída por homens e mulheres da Maia que dia a dia vivem os problemas da sua terra, propõem ao eleitorado um programa concreto:

Lutar para que a Câmara Municipal delegue poderes na Junta, tal qual dispõe a Lei das Autarquias;

Lutar para que a Lei das Finanças Locais seja aplicada na Região Açores (também de molde que sempre a «lei» dos caciques e compadrios, para os quais os «subsídios» e outras «benesses» estão em 1.º lugar. Que a Junta receba aquilo a que tem direito e não aquilo que os «senhores» da terra têm a mania de dizer: «só nós conseguimos»;

Lutar pela resolução das justas aspirações das populações de todos os lugares da freguesia

e combater todas as tentativas de regresso ao passado.

As carências são muitas e os candidatos da APU não o ignoram. Por isso sublinham que só através do diálogo constante com a população e os outros órgãos de poder local e regional será possível atender a necessidades tão prementes como o arranjo de ruas e caminhos, a instalação da rede de esgotos, o melhoramento da iluminação pública, o eficaz funcionamento do hospital, a instalação de cabines telefónicas e tantas outras.

Problemas que os eleitos (PS e PPD) demonstraram não saber nem querer resolver.

Portugal-União Soviética: cinco anos de amizade

Assinalando a passagem do 5.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética, efectuado em 9 de Junho de 1974, o embaixador deste país em Lisboa, camarada Arnold Kalinine, distribuiu à Imprensa uma mensagem em que, recordando a efeméride, não deixa de salientar:

Cinco anos são um prazo muito pequeno, mas se se fizer um breve balanço do desenvolvimento das nossas relações neste período, pode-se notar com satisfação que não se fez pouco.

Destacando, mais adiante, que sob a forma de uma série de importantes acordos bilaterais se lançou um fundamento jurídico estável para o fortalecimento das relações de amizade entre os nossos países e povo, o camarada Kalinine passa a enumerar, na sua mensagem, os êxitos das relações económico-sociais entre os dois países, que atingem já vultuosas transacções na venda de

mercadorias soviéticas a Portugal e de mercadorias portuguesas à URSS.

E especificou: O fornecimento de petróleo soviético, a construção de barcos para a marinha mercante da União Soviética, a escala e reparação de barcos nossos em portos portugueses — tudo isto está longe de enumerar completamente a participação soviética no desenvolvimento do comércio externo de Portugal. No nosso país, gozam de procura produtos e mercadorias portuguesas de boa qualidade, tais como confeções, calçado, pasta de tomate e vinho.

Estudamos — acrescenta ainda — a possibilidade de ampliar a compra de produtos da indústria portuguesa de construção de máquinas.

Antes de se referir à ampliação dos contactos no campo cultural e científico-técnico, o embaixador da URSS revela que o valor das trocas comerciais entre os dois

países atingiu, em 1978, aproximadamente 150 milhões de dólares (6,5 milhões de contos), sendo de esperar que este ano o valor não seja menor.

A mensagem salienta ainda que no campo cultural e científico o novo acordo de cooperação cultural para 1979-81, assinado em Moscovo, prevê um grande número de trocas concretas nestes importantes campos da vida, permite aos nossos povos conhecerem-se melhor entre si e conhecerem as riquezas da herança cultural e as realizações de ambos os países.

Após ter posto em evidência o importante papel das associações de amizade «Portugal-URSS» e «URSS-Portugal» no desenvolvimento da cooperação cultural, uma referência é feita aos milhares de cidadãos soviéticos que já visitaram Portugal em excursões turísticas, e muitos cidadãos portugueses puderam contactar com a realidade soviética.

A terminar, e depois de uma referência aos importantes acordos firmados no campo da informação (entre as estações televisivas e as agências noticiosas, respectivamente, dos dois países) o camarada Kalinine afirma:

Os nossos dois países adquiriram já uma certa experiência de cooperação sobre as questões actuais de política internacional. Trata-se, antes de tudo, das consultas que se efectuaram durante a preparação dos encontros entre os participantes da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, realizada em Belgrado, em 1978, e do intercâmbio de opiniões sobre os problemas importantes de carácter internacional, que interessam a todos os países, tais como, sobretudo, o problema do desarmamento, a questão do fortalecimento do processo de desanuviamento na Europa e outros.

O separatismo e o «6 de Junho» nos Açores A provocação, o fracasso e o ridículo...

Os separatistas dizem que têm uma «data» e tentam «comemorá-la». Chamam-lhe «Dia da Região». É o «6 de Junho». É evidente que tanto podia ser 6 de Junho como outro dia qualquer. Não se trata, com efeito, de absolutamente nada que tenha a ver com a Região Autónoma dos Açores. Os objectivos da FLA «Frente de Libertação dos Açores» — são já bem conhecidos da população. O «6 de Junho» não passa de um (fraco...) argumento utilizado pelo sr. José de Almeida e pelos seus jovens pupilos para levar a cabo as suas manobras provocatórias contra o regime democrático, contra as liberdades, contra Portugal e a independência nacional.

O «6 de Junho» deste ano, nos Açores, foi, contudo, um grande desastre para a FLA. Ou, por outras palavras: confirmou

o isolamento e desmascarou as pretensões separatistas, muitas vezes apoiadas e estimuladas por diferentes sectores, a começar pelo próprio Governo Regional do PPD.

Apesar de toda uma agitação de fachada, as «comemorações» da FLA só marcaram presença (muito fraca, aliás) em Ponta Delgada (ilha de S. Miguel) e na Horta (ilha do Faial).

Na primeira daquelas localidades, o «acto» resumiu-se a uma manifestação com... 96 estudantes. Nota saliente desta «manifestação» separatista: provocações à Polícia Judiciária.

Na Horta, o separatismo também não convenceu. «Vinte e cinco arruaçeiros em cima de quatro tractores foi o saldo dessa «manifestação» separatista, provocatória e ilegal» — salienta

um comunicado distribuído à população da Horta pela Comissão da Ilha do Faial do PCP.

Afirma em seguida o documento dos comunistas: «A partir do momento em que os «manifestantes» apareceram e punhando bandeiras separatistas, colocaram-se directamente numa situação ilegal, violando a Constituição e outras leis em vigor, nomeadamente a lei sobre as associações fascistas.»

E mais adiante: «A única atitude legal e digna que a PSP podia tomar era a de retirar tais símbolos ou, caso os traidores insistissem, proibir o desfile. Mas a população da Horta assistiu a um facto espantoso: uma força policial, com cerca de 90 homens, armados uns de espingarda e equipados outros de viseira e bastão, ocupou alguns pontos da cidade com o fim de dar

protecção aos «manifestantes». A PSP, procedendo desta forma, desrespeitou as leis, o povo e desrespeitou-se a si própria. Um ferido e muita gente insultada é o resultado desta atitude inaceitável das autoridades. As lacrimáveis dezenas de populares que, à volta da bandeira portuguesa, afirmaram o seu indelével patriotismo e puseram a ridículo o cortejo separatista, mostraram uma vez mais que aqui é Portugal.»

Saliente-se que na espontânea manifestação de protesto que ocorreu na Horta contra a provocação separatista participaram, além de comunistas e outros democratas, os principais dirigentes regionais do PS, entre eles todos os deputados do PS. O grupo socialista na Assembleia Regional já pediu a demissão do comandante da PSP da Horta.

«60 Anos da Checoslováquia»

O núcleo do Porto da Associação Portugal-Checoslováquia mantém patente, na Rua Alfredo Magalhães, 110, 1.º, na capital nortenha, uma interessante exposição fotográfica, constituída por 122 trabalhos, subordinada ao tema genérico «60 Anos da Checoslováquia».

Segundo uma nota da entidade organizadora, este certame «retrata a realidade» daquele país socialista, «confrontando o passado com o presente» e «integra-se nas comemorações do Dia Nacional da Checoslováquia, levadas a efeito por esta Associação».

A criança nos países socialistas

A Criança nos países socialistas — este o tema do ciclo de conferências que se inicia na próxima segunda-feira, em Lisboa, numa iniciativa das Associações de URSS, RDA, Checoslováquia, Bulgária e Cuba.

O ciclo decorrerá na Sociedade Portuguesa de Autores, estando previstas as seguintes sessões (todas com início às 18 e 30): Dia 18 — «Ensino pré-escolar na Bulgária»; Dia 19 — «Assistência médica às crianças na Checoslováquia»; Dia 20 — «As organizações infantis e juvenis na URSS»; Dia 25 — «O Ensino na RDA»; e Dia 26 — «O desporto em Cuba».

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 37-3.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 779328/779325.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 579 - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedruha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779823.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381057.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tragem média do mês de Maio: 78 240



Festa da Alegria em Braga: os comunistas tal como são

Entrevista com o camarada Angelo Veloso

«A Festa da Alegria procura mostrar os comunistas tal como eles são», sublinhou ao «Avante!» o camarada Angelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central e responsável pela Direcção da Organização Regional do Norte, a propósito da Jornada que, durante três dias, terá como cenário o Parque Municipal de Exposições de Braga, para onde mobilizará largos milhares de pessoas.

A conversa com Angelo Veloso teve que ser rápida. O tempo não lhe chegava para mais. Tinha de preparar a intervenção para o comício, que se realizou no sábado à tarde, e de se dirigir para Vila Real, onde na companhia dos camaradas Joaquim Felgueiras, deputado à Assembleia da República, e Manuel Leão, membro da Comissão Concelhia de Vila Real, ia representar o nosso Partido nas Comemorações do Dia das Comunidades e de Camões.

de vanguarda no Partido Comunista.

«São os comunistas que chamam a si, agarram nas suas mãos, o que de melhor existe na experiência, na história, nos sentimentos e na sensibilidade, rica e profunda, dos trabalhadores e do povo de Braga. A Festa da Alegria é promovida pelos comunistas e, por isso, também os espelha. Homens e mulheres virados para o seu povo, para a alegria, para a cultura, para o progresso das suas terras; homens e mulheres que estão

«A Festa da Alegria procura mostrar os comunistas tal como eles são; procura combater na prática a campanha anticomunista, que tenta dar a ideia dos comunistas a soldo de potências tenebrosas, homens pecaminosos, egoístas, desumanizados, destruidores, vândalos. A Festa destrói pela raiz as calúnias, os insultos, as suspeições, que se procuram lançar sobre os comunistas. Mostra a cara que temos, os nossos sentimentos, o coração, as mãos e a inteligência dos comunistas».

À medida do reforço do nosso Partido no distrito de Braga...

Já nos últimos números o referimos: a jornada terá uma grande amplitude. Trabalha-se

«A Festa da Alegria exprime e reflecte a cada vez maior implantação do PCP no distrito», frisou o nosso interlocutor. «Apesar de vítimas de campanhas de terrorismo, apesar de vítimas de uma intensa e persistente campanha de intoxicação anticomunista; apesar de, em muitas empresas e em muitas aldeias, sofrerem a pressão de poderes locais reaccionários ou de patrões implodidos, os comunistas têm crescido, têm aumentado os seus efectivos, o número dos seus militantes, o número de localidades do distrito onde estão presentes e activos na luta pelo progresso das populações».

Além disso, como realçou Angelo Veloso, «o anticomunismo tem encontrado cada vez mais dificuldades em cercar os comunistas; tem encontrado cada vez mais dificuldades em desfigurar os comunistas».

«A Festa da Alegria exprime, por isso mesmo, esta força crescente dos comunistas, esta influência crescente dos comunistas, o respeito crescente que as populações têm para com os comunistas, que são — afinal — seus companheiros, seus vizinhos, seus camaradas, seus amigos, seus familiares. Este aumento crescente da influência e de prestígio, e também — devêmo-lo dizer — da força dos comunistas, que encontra muitas expressões em muitas coisas (número de militantes, votações para as autarquias, mobilização de massas), encontra igualmente expressão na capacidade com que se realizam — sem dúvida — a maior festa alguma vez organizada em Braga.

... da capacidade de todo o Partido

Definindo a Festa como sendo, simultaneamente, um acto de alegria, de cultura, de convívio e de fraternidade, o responsável pela DORN acentuou os seus «aspectos verdadeiramente nacionais. A Festa da Alegria»,

acrescentou, «se por um lado exprime a força e influência crescentes dos comunistas de Braga, não poderia ser compreendida sem se ter em conta a capacidade mobilizadora e aglutinadora de todo o Partido. É um pouco todo o PCP que está presente em Braga: através da presença dos artistas comunistas e dos artistas progressistas; através da presença de comunistas do Centro, das Beiras, da Estremadura, do Ribatejo, de Lisboa, de Setúbal, do Alentejo e do Algarve.

«A Festa da Alegria é um pequeno mundo. É uma pequena exposição dos comunistas. São os comunistas da difamada cintura vermelha de Lisboa; são os comunistas da caluniada Reforma Agrária; são os comunistas das grandes empresas de Lisboa; os comunistas do Algarve, das Beiras, do Alentejo e da Estremadura, que vêm até Braga mostrar a sua solidariedade e a sua humanidade. Vêm mostrar que são trabalhadores caejados, com as mãos caejadas, tal como os trabalhadores de Braga; que são trabalhadores explorados, tal como os de Braga; que são trabalhadores que aspiram a uma vida melhor, como os trabalhadores de Braga».

«São comunistas de outras regiões do País, irmãos reais dos trabalhadores, das mulheres, dos homens e dos jovens de Braga. Não os monstros desfigurados que a reacção procura pintar, mas os homens e mulheres simples de Portugal do Sul, do Centro e do Nordeste.»

... para enterrar as mentiras da reacção

Enunciando outros atributos da iniciativa que, depois de amanhã, começa no Parque Municipal de Exposições, o camarada Angelo Veloso sublinhou que ela «dá um contributo poderoso para delatar por terra as atoardias, as mentiras, as calúnias, as campanhas de toda uma



Os comunistas tal como são

Para o camarada Angelo Veloso, «a Festa da Alegria enraiza sentimentos democráticos, progressistas, humanistas, das populações do distrito de Braga. Por outro lado, entronca-se no movimento democrático com largas tradições no distrito (mesmo durante os 50 anos de fascismo); no movimento popular que se exprime em dezenas e dezenas de colectividades, agremiações de cultura e recreio, corais, bombeiros, que constituem uma autêntica rede num distrito tão populoso como o de Braga.

«Também se entronca no movimento operário e sindical, reivindicativo, socialista, com grandes e profundas tradições no povo de Braga e no crescente desenvolvimento do movimento independente e expressivo dos camponeses. A Festa de Braga, a Festa da Alegria não é uma exportação para a cidade, é uma realização do povo de Braga, do movimento democrático de Braga, do movimento operário e socialista de Braga, que atinge — hoje — a sua expressão



Angelo Veloso ao «Avante!»: «A maior e mais importante festa jamais realizada em Braga»

de mãos dadas, ombro com ombro, com os seus vizinhos nas suas aldeias, com os seus camaradas nas suas empresas, com os seus colegas, com as suas companheiras nas escolas e no campo.»

Prosseguindo, Angelo Veloso acrescentou:

afincadamente para que esta segunda edição seja ainda melhor do que a do ano transacto, que mobilizou mais de 30 mil pessoas, atingindo um nível que, só por si, reclamava a continuação da Festa, que «ganha» e «ganhará» o apoio crescente na região.

Em marcha no Norte a Campanha dos 20 mil contos

Da tribuna do IX Congresso foi anunciado o lançamento de uma campanha de 20 mil contos para uma sede no Norte para o nosso Partido. Esta informação, calorosamente saudada no Barreiro, já está a ser concretizada. No sábado à tarde, à entrada do Palácio de Cristal, lá estava uma caixa para recolha de fundos destinados a um Centro de Trabalho à altura do prestígio que o PCP tem no Norte.

A posição assumida pelos responsáveis do MEIC ao escreverem para o Partido, dizendo que precisavam do edifício onde funciona a sede de Aníbal Cunha, a primeira instalada no Porto depois de Abril de 74, levou os camaradas a encararem a questão de uma nova sede, sem abdicarem naturalmente da intransigente defesa dos interesses do PCP que, naquele edifício, fez avultados investimentos e benéficas, avaliados em muitos milhares de contos.

Na intervenção do camarada Angelo Veloso, lida pelo camarada João Paulo Guerra, foi defendida uma «solução por mútuo acordo», como a «única solução válida. Não se pode deixar de ter em conta», frisou, «que ocupamos legitimamente o edifício que pertencia à criminoso organização fascista chamada mocidade portuguesa e que, em todo os momentos, pusemos as entidades militares, únicas então legítimas, ao corrente da situação».

«Qualquer solução que não tivesse em conta estes factos», acrescentou, «seria uma solução prepotente, discriminatória, anticomunista e ilegítima. Acreditamos que não se recorrerá a isso, para mais em vésperas de eleições.»

Uma sede para o futuro Desde o VIII Congresso, o Partido cresceu muito no

A primeira contribuição

Pouco depois de, no Barreiro, ter sido ouvida a intervenção da DORN ao IX Congresso, um camarada do Alentejo aproximava-se de um membro da Organização Regional do Norte. Trazia com ele a primeira oferta para a Campanha dos 20 mil contos: um faqueliro e outros objectos de cutelaria. Foi assim iniciada, na vila vermelha da margem sul do Tejo, a campanha para a nova sede do Norte do PCP.



No comício de sábado, no Palácio de Cristal, começou a recolha de fundos. Com a imaginação e a perseverança dos militantes do Norte, o PCP irá ter no Porto uma nova sede!

Bragança e em Vila Real." No Norte, realçou Angelo Veloso, «somos uma grande organização regional, jovem, combativa, crescente, cheia de capacidade e de perspectivas de luta».

Foi neste contexto que a DORN, ao discutir o problema da nova sede, se pronunciou pela criação de uma sede que reflectisse a confiança no futuro dos comunistas e estivesse à altura das suas necessidades.

A meta proposta, 20 mil contos, é susceptível de ser atingida. A campanha já está em marcha. Nela irão empenhar-se todos os camaradas e todas as organizações.

Definindo as linhas mestras

desta importante tarefa, o camarada Angelo Veloso acentuou que «a campanha dos 20 mil contos não será, seguramente, um pedetório insistente, irritante. Não é isso que queremos. A campanha dos 20 mil contos vai exigir muitas iniciativas, muito esforço, mas a campanha tem de ser agarrada, conduzida, levada ao fim por todos os militantes e por todas as organizações partidárias. Terá de ser obra de todo o Partido do Norte. Terá de ser sentida como a sua campanha por cada militante. Estamos absolutamente certos que será um grande êxito».

Ao trabalho, camaradas e amigos da Organização Regional do Norte.

FESTA DA ALEGRIA

BRAGA
15-16-17
JUNHO DE 1979
PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

AQUELA FESTA...!

*Grandes Espectáculos * 3 Palcos Permanentes*

Mais de 50 Artistas-8 Grupos Folclóricos-Cinema-Exposições
2 Grupos de Teatro-3 Grupos de Zés Pereiras-Comes e Bebes
Marchas - Jogos - Divertimentos

Sexta - Feira - dia 15	Sábado - dia 16	Domingo - dia 17																																												
<p>21 h. - Abertura - Marcha S. Victor</p> <p style="text-align: center;">22 HORAS</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 50%;">Palco 1</th> <th style="width: 50%;">Palco 2</th> </tr> <tr> <td>Brigada Victor Jara Manuel Freire José Viana Dora Leal</td> <td>Grupo Abril Samuel J. J. Leiria Nuno Gomes Santos C. R. C. B/5</td> </tr> </table> <p>Teatro - Geta - 22 horas</p> <p>CINEMA - a partir 22 horas</p>	Palco 1	Palco 2	Brigada Victor Jara Manuel Freire José Viana Dora Leal	Grupo Abril Samuel J. J. Leiria Nuno Gomes Santos C. R. C. B/5	<p>10 h. - Abertura - 00,30 h. - Encerramento</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 50%;">Palco 1</th> <th style="width: 50%;">Palco 2</th> </tr> <tr> <td>15 HORAS 1.º de Maio Arco Iris Sérgio Mendes</td> <td></td> </tr> <tr> <td>16 HORAS Trovante Banda de Música de Golães</td> <td style="text-align: center;">★</td> </tr> <tr> <td>17 HORAS Comício com A. Cunhal Banda de Música</td> <td></td> </tr> <tr> <td>20 HORAS Samuel J. J. Leiria Nuno C. Santos Carlos Moniz Maria do Amparo</td> <td>Gomes Alves Adriano C. Oliveira Carlos Paredes Brigada Vitor Jara</td> </tr> <tr> <td>21.15 HORAS Objectivo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>21.30 HORAS Fernando Farinha Manuel Freire</td> <td style="text-align: center;">★</td> </tr> <tr> <td>22.30 HORAS Conjunto Jazz/Rock Bedja Bechch Marcel Merino - guitarra Branko Miljevic - baixo Gilles Petri - bateria Michaël Olivier - sax Patricia Hue - piano Egar Herman - eng. som.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Teatro - Grupo Capoeira</td> <td></td> </tr> <tr> <td>CINEMA - a partir 22 horas</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Colóquios</td> <td></td> </tr> <tr> <td>11 h. - Camilo Castelo Branco com: - Alexandre Carlos - Oscar Lopes</td> <td></td> </tr> <tr> <td>15 h. - Autarquias - com Carlos Costa</td> <td></td> </tr> </table>	Palco 1	Palco 2	15 HORAS 1.º de Maio Arco Iris Sérgio Mendes		16 HORAS Trovante Banda de Música de Golães	★	17 HORAS Comício com A. Cunhal Banda de Música		20 HORAS Samuel J. J. Leiria Nuno C. Santos Carlos Moniz Maria do Amparo	Gomes Alves Adriano C. Oliveira Carlos Paredes Brigada Vitor Jara	21.15 HORAS Objectivo		21.30 HORAS Fernando Farinha Manuel Freire	★	22.30 HORAS Conjunto Jazz/Rock Bedja Bechch Marcel Merino - guitarra Branko Miljevic - baixo Gilles Petri - bateria Michaël Olivier - sax Patricia Hue - piano Egar Herman - eng. som.		Teatro - Grupo Capoeira		CINEMA - a partir 22 horas		Colóquios		11 h. - Camilo Castelo Branco com: - Alexandre Carlos - Oscar Lopes		15 h. - Autarquias - com Carlos Costa		<p style="text-align: center;">Palco 1</p> <p>10 h. - Manhã - Infantil <i>Grátis a todas as CRIANÇAS</i></p> <p>Carlos Moniz - Maria do Amparo Rancho Infantil das Taipas Carlos Mendes - Fernando Tordo</p> <p>15 h. - Desfile de Ranchos, Zés Pereiras e Marchas</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 50%;">Palco 1</th> <th style="width: 50%;">Palco 3</th> </tr> <tr> <td>15 HORAS Carlos Cunha Grupo de Abril Zés Pereiras Ranchos Zés Pereiras Aveleda Alvarães Pauliteiros Infantil das Taipas</td> <td>Ranchos Zés Pereiras Soajo Via Todos Lomar</td> </tr> <tr> <td>18.30 HORAS Luís Viegas Resistência Geta C. R. C. B/5</td> <td style="text-align: center;">Palco 2</td> </tr> <tr> <td>20 HORAS Adriano C. Oliveira</td> <td>Sérgio Mendes Carlos Cunha Arco Iris</td> </tr> <tr> <td>21.30 HORAS Carlos Paredes Fernando Alvim</td> <td>Objectiva 1.º de Maio Luís Viegas</td> </tr> <tr> <td>22 HORAS Carlos Mendes Edmundo Silva</td> <td>Resistência</td> </tr> <tr> <td>22.30 HORAS Fernando Tordo</td> <td>Trovante Fernando Farinha</td> </tr> </table> <p>CINEMA - a partir 22 horas</p> <p>Colóquios</p> <p>11 h. - A CRIANÇA - com Emílio Peres 15,30 h. - OBRA - Victor Sô - c. António B. Coelho - António M. Botelho Hespanha Joaquim Mendes Carvalho 17,30 - ALVES REDOL - c. Oscar Lopes e Joaquim Namorado</p>	Palco 1	Palco 3	15 HORAS Carlos Cunha Grupo de Abril Zés Pereiras Ranchos Zés Pereiras Aveleda Alvarães Pauliteiros Infantil das Taipas	Ranchos Zés Pereiras Soajo Via Todos Lomar	18.30 HORAS Luís Viegas Resistência Geta C. R. C. B/5	Palco 2	20 HORAS Adriano C. Oliveira	Sérgio Mendes Carlos Cunha Arco Iris	21.30 HORAS Carlos Paredes Fernando Alvim	Objectiva 1.º de Maio Luís Viegas	22 HORAS Carlos Mendes Edmundo Silva	Resistência	22.30 HORAS Fernando Tordo	Trovante Fernando Farinha
Palco 1	Palco 2																																													
Brigada Victor Jara Manuel Freire José Viana Dora Leal	Grupo Abril Samuel J. J. Leiria Nuno Gomes Santos C. R. C. B/5																																													
Palco 1	Palco 2																																													
15 HORAS 1.º de Maio Arco Iris Sérgio Mendes																																														
16 HORAS Trovante Banda de Música de Golães	★																																													
17 HORAS Comício com A. Cunhal Banda de Música																																														
20 HORAS Samuel J. J. Leiria Nuno C. Santos Carlos Moniz Maria do Amparo	Gomes Alves Adriano C. Oliveira Carlos Paredes Brigada Vitor Jara																																													
21.15 HORAS Objectivo																																														
21.30 HORAS Fernando Farinha Manuel Freire	★																																													
22.30 HORAS Conjunto Jazz/Rock Bedja Bechch Marcel Merino - guitarra Branko Miljevic - baixo Gilles Petri - bateria Michaël Olivier - sax Patricia Hue - piano Egar Herman - eng. som.																																														
Teatro - Grupo Capoeira																																														
CINEMA - a partir 22 horas																																														
Colóquios																																														
11 h. - Camilo Castelo Branco com: - Alexandre Carlos - Oscar Lopes																																														
15 h. - Autarquias - com Carlos Costa																																														
Palco 1	Palco 3																																													
15 HORAS Carlos Cunha Grupo de Abril Zés Pereiras Ranchos Zés Pereiras Aveleda Alvarães Pauliteiros Infantil das Taipas	Ranchos Zés Pereiras Soajo Via Todos Lomar																																													
18.30 HORAS Luís Viegas Resistência Geta C. R. C. B/5	Palco 2																																													
20 HORAS Adriano C. Oliveira	Sérgio Mendes Carlos Cunha Arco Iris																																													
21.30 HORAS Carlos Paredes Fernando Alvim	Objectiva 1.º de Maio Luís Viegas																																													
22 HORAS Carlos Mendes Edmundo Silva	Resistência																																													
22.30 HORAS Fernando Tordo	Trovante Fernando Farinha																																													

PARQUE DE CAMPISMO * ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE

Compre já um IF (Ingresso na Festa). Custa 100\$00. Dá direito a entrar todos os dias na festa, quantas vezes quiser. - Bilhetes de ingresso simples - 50\$00

Sábado - 17 h. - Comício c/ Álvaro Cunhal

Semana

6 Quarta-feira 1848 - Nasce o poeta Gomes Leal.



O Primeiro-Ministro Mota Pinto apresenta ao Presidente da República o seu pedido de exoneração do cargo que exerce e a demissão do IV Governo. Os mineiros da Panasqueira continuam a greve com a ocupação do fundo da mina. A greve de 24 horas decretada pelos sindicatos dos Quadros Técnicos e dos Maquinistas provoca graves perturbações no trânsito ferroviário. A Federação dos Sindicatos Ferroviários propusera uma paralisação de duração mais curta evitando perturbar as deslocações da esmagadora maioria dos trabalhadores para os seus empregos ou no seu regresso a casa. A CGTP advierte o Governo para a escalada de repressão que se prepara em França contra os emigrantes após a Assembleia Nacional Francesa ter aprovado a lei "Barre-Bonnet", a qual alarga os poderes discriminatórios sobre os trabalhadores emigrantes. A Liga de Agricultores de Lisboa acusa a Junta nacional dos Vinhos de beneficiar os grandes armazénistas com a recente importação de vinho. Pequenos e médios agricultores de Ourique exigem do Governo a revisão dos preços dos produtos que produzem. A Confederação Nacional da Agricultura anuncia as suas propostas de preços à produção e de medidas para os sectores agrícola e pecuário.

7 Quinta-feira 1584 - É representada a primeira obra de Gil Vicente, o Monólogo do Vaqueiro.

O Presidente da República exonera o Primeiro-Ministro Mota Pinto. Terminam 198 dias contados e sofridos pelo Povo português. O governador civil do Porto, Cal Brandão, proíbe a manifestação fascista convocada para o próximo dia 10 de Junho, nesta cidade. Os mineiros da Panasqueira terminam a greve face ao recuo da administração em aceitar negociar. O Supremo Tribunal Administrativo dá provimento ao recurso apresentado pelo técnico principal do Ministério do Trabalho, Blasco Hugo Fernandes. A CGTP manifesta-se contra o projecto de lei das Comissões de Trabalhadores advertindo os trabalhadores para os perigos que decorreriam da aprovação deste projecto de lei. O Governo divulga a proposta salarial para a Função Pública. Por decisão do 3.º Tribunal Militar, quatro acusados de implicação na rede bombista saem em liberdade cautelosa. São eles o capitão Calmo Duarte, José Marques da Costa, Manuel Teixeira Gomes e António Torres Rangel. Ramiro Moreira que pedira igualmente a liberdade sob caução continua preso em virtude das acusações que impendem sobre ele noutros tribunais. O Conselho de Informação da RDP elege Pedroso Marques e Remy Freire ambos propostos pelo PS para a Comissão Administrativa daquela empresa pública. Na reunião do Conselho de Informação para a Imprensa é constituída a Comissão de Inquérito ao "Diário Popular".

8 Sexta-feira 1642 - Por alvará régio é criada a Casa da Moeda do Porto.

O Presidente da República recebe as delegações dos maiores partidos com representação na Assembleia da República. A saída de Belém, o camarada Álvaro Cunhal diria: "Estão criadas condições para um governo democrático". Por seu turno, Mário Soares diria que o seu partido "tem uma alternativa" que no entanto não concretizou. Os trabalhadores do Serviço de Transportes Colectivos do Porto paralisam durante quatro horas exigindo do conselho de gerência a alteração de algumas normas em vigor depois de ovidos os representantes dos trabalhadores. O governador civil de Lisboa autoriza uma manifestação fascista programada para o dia 10 de Junho. O Conselho de Gerência do "Diário Popular" decide levantar a suspensão ao jornalista António Rego Chaves e anular o processo disciplinar que havia instaurado. O Governo Regional da Madeira aceita o pedido de demissão do secretário regional da Economia, Crisóstomo Aguiar. Comentando a demissão do Governo Mota Pinto, a CGTP considera "que mais uma vez ficou demonstrado que não é possível governar contra a vontade dos trabalhadores".

9 Sábado 1974 - Morre Sarmento de Beires, pioneiro da aviação portuguesa.

Segundo as estatísticas da Agricultura e Pescas, do Instituto Nacional de Estatísticas, o consumo de carne e peixe, em Portugal, continua a decrescer. Através da CGTP, os trabalhadores agrícolas exigem a publicação de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho atualizada. No Porto, durante um conflito realizado no Palácio de Cristal, Jaime Serra afirma: "É preciso entender o Governo Mota Pinto para que deixe de poluir o país." São conhecidos os resultados eleitorais para a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. A lista unitária vence com 123 votos de vantagem sobre as restantes quatro listas juntas. Uma nota do MDP/CDE salienta que após a exoneração do Governo Mota Pinto "dentro das nossas instituições democráticas não pode ter estabilidade nem eficácia um governo com uma prática antidemocrática e anticonstitucional".

10 Domingo 1580 - Morre Luis Vaz de Camões.

Nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, o Presidente da República, general Ramalho Eanes salienta no seu discurso, proferido em Vila Real, que "o saldo dos cinco anos vividos depois de Abril é francamente positivo". Benito de Jesus Caraca na pessoa do seu filho é uma das personalidades condecoradas pelo Presidente da República no Dia de Portugal. O mesmo acontece com um dirigente da UCP "Margem Esquerda", de Serpa, António Neves Borges, tractorista de profissão. Em S. Domingos do Rana, onde participa num comício, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, salienta que o "governo Mota Pinto é um caso armado". A manifestação de fascista que se realiza em Lisboa não chega a congregar mais de trinta pessoas. No rescaldo, alguns exaltados dirigem-se à embaixada da URSS apedrejando as janelas e furando os pneus dos carros que se encontravam no exterior. Em Francisco Julião, fundador das ligas camponesas no Brasil, após o golpe de Estado fascista, fica retido no aeroporto de Lisboa durante cerca de 18 horas. É finalmente autorizado a entrar em Portugal com um passaporte que já anteriormente utilizara para se deslocar ao nosso país.

11 Segunda-feira 1557 - Morre, em Lisboa, com 55 anos, o rei D. João III. Ocupara o trono durante 35 anos.

O Supremo Tribunal Administrativo profere dois acórdãos em que reconhece, explicitamente, a existência jurídica das Unidades Colectivas de Produção. O deputado socialista Marcelo Curto manifesta publicamente reservas à constitucionalidade do projecto de lei sindical, vulgarmente conhecido por projecto Gonelha, apresentado pelo seu partido na Assembleia da República. Mais de 80 por cento dos trabalhadores da Indústria cervejira aderem à greve, como forma de luta pela negociação do Contrato Colectivo de Trabalho. Os trabalhadores da RDP iniciam uma greve de zelo protestando contra a actuação prepotente da Comissão Administrativa. Os trabalhadores agrícolas do Sul e as suas organizações representativas exigem a suspensão imediata de todas as acções do Governo demitido nos campos da Reforma Agrária. O Estado-Maior do Exército manda levantar um auto de averiguações ao coronel Casanovra Ferreira na sequência da divulgação de uma carta que este militar enviou a cerca de 160 camaradas de armas.

Os Comunistas na Assembleia da República

OGE de Mota Pinto: o testemunho da incompetência legado por um governo que caiu. Finalmente!

A demissão do Governo Mota Pinto na véspera do início do debate das duas moções de censura que o aguardavam no passado dia 8, foi aplaudida pela maioria da Assembleia da República quando, na tarde desse mesmo dia, o presidente da Assembleia deu a conhecer aos deputados a acção por parte do Presidente da República do pedido de demissão do principal responsável do governo mais à direita depois do 25 de Abril. Mota Pinto e o seu governo não quiseram enfrentar as justas razões por que os legítimos representantes do povo português aprovaram, certamente duas moções de censura ao seu governo em andamento o estado de decomposição. O debate das moções de censura não se chegou, portanto, a efectuar, tendo no

entanto deputados representando os diversos grupos parlamentares tecido considerações acerca da queda de Mota Pinto. A direita (CDS e PPD) não gostou que a maioria da câmara tivesse aplaudido o facto consumado da demissão de Mota Pinto. E, naqueles momentos finais, tímidas vozes lá entoaram a oração fúnebre pela obra do ilustre demitido, que tanto e tanto fez para servir os interesses reaccionários. Mota Pinto e o seu Governo pertencem já a um passado, que convém não esquecer. Deixaram, entretanto, rasto na vida do País. E um dos rastros mais marcados é, afinal de contas, um dos últimos actos governamentais: o Orçamento chumbado há dois meses e esta semana aprovado, com os votos contrários do PCP. Bem pode dizer-se que o OGE de Mota Pinto é o testamento da sua incompetência. De tal forma é, que nem as alterações que lhe foram introduzidas no decorrer da discussão e votação na especialidade, apesar de lhe mudarem algumas das roupas, conseguiram que se anulasse o «odor orçamental». É que o único «desodorizante» eficaz para que desaparecesse totalmente o «odor orçamental» que emana de tal OGE era a sua pura e simples rejeição. Apesar de defenderem esta posição, os deputados comunistas não se pouparam a esforços para, com críticas e propostas construtivas, contribuírem para tornar menos gravosas para o povo

português algumas das medidas que, quase a desaparecer, Mota Pinto pretendia ainda impor ao povo português. E se isso aconteceu em certos domínios, a verdade é que no capítulo das Finanças Locais e no do agravamento dos impostos sobre o trabalho e produtos de consumo corrente, a marca de um Orçamento que se opõe à realidade do Portugal de Abril permaneceu. A Lei das Finanças Locais, em virtude de o PS ter votado com a direita, vai continuar a não ser integralmente cumprida; os custos da crise provocada pela execução da política de recuperação capitalista vão continuar a ser pagos, na sua esmagadora maioria, pelas massas trabalhadoras. Tal é o rasto deixado pelo Governo Mota Pinto na sua passagem pelas cadeiras do poder a que quis continuar apertado até aos últimos momentos, para levar a cabo a sua política de destruição das conquistas do Portugal de Abril, nomeadamente das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária. Foi também para se opor a esta política de destruição da Reforma Agrária que a Assembleia da República aprovou por maioria, na passada semana, o projecto de lei do PS de alterações à celerada Lei Barreto, a lei que ainda não há dois anos apadrinhou. As alterações à lei Barreto aprovadas na Assembleia da República são, sobretudo, um reflexo da luta firme e pertinaz

Eliminar o OGE os aspectos mais gravosos

O Grupo Parlamentar Comunista, quer em comissão quer em plenário, procurou com propostas construtivas modificar e eliminar do OGE os aspectos mais gravosos para a economia nacional, para o povo português. E considera positivo que algumas das suas propostas tenham sido acolhidas, nomeadamente que tenha sido eliminado o imposto extraordinário em relação aos rendimentos do trabalho. O Grupo Parlamentar do PCP não pode, no entanto, deixar passar em claro o facto de que, com a redacção que aqui fez vencimento contra os nossos votos, a lei das finanças locais não tenha sido integralmente cumprida. As forças democráticas que aqui votaram com os

Intervenções

Eliminar o OGE os aspectos mais gravosos como é sobre si que recal a maior parte da carga fiscal. E impostos para quê? Para melhorarem os equipamentos sociais e colectivos, para modernizarem e aumentarem o aparelho produtivo, para melhorarem o nível de vida do povo português? Não. Impostos para pagarem os custos de uma política errada, que vai contra os interesses do povo e do País. Impostos para pagarem os custos da recuperação capitalista, dos ataques à Reforma Agrária, das imposições do FMI, impostos para pagarem as indemnizações dos exploradores do Povo português, a quem, só neste Orçamento, são deslindados dois milhões de contos!

Rejeitar uma política antinacional

O projecto de lei não salvaguarda minimamente as UCPS/Cooperativas. Os seus proponentes adoptam, essencialmente as mesmas disposições já contidas na Lei Barreto e que são meramente platinicas. Na realidade, o projecto de lei continua, tal como Lei Barreto, a admitir que as UCPS/Cooperativas possam ser destruídas, o que nós e os trabalhadores entendemos inadmissível. As Cooperativas da Reforma Agrária correspondem a uma forma privilegiada de "Constituição e a sua existência tem de ser salvaguardada". Há, contudo, fortes razões de preocupação em relação a diversas propostas do PS. Em primeiro lugar,

Proseguir até à revogação da Lei Barreto

Com o seu voto favorável, os deputados comunistas fizeram passar o projecto de lei do PS, apesar das evidentes insuficiências e mesmo das soluções erradas que ele contém. E fizemo-lo pelas seguintes razões: Primeiro porque, apesar de mantermos e até reforçarmos o nosso objectivo de revogação da Lei Barreto, consideramos que não existindo ainda condições para tanto, tornou-se imperioso e urgente alterar profundamente os seus aspectos mais gravosos. Nesse sentido apresentámos em Novembro passado o nosso projecto de lei 1581, que veio a ser discutido em 17 de Maio, aliás por imposição nossa, e derrotado pelos

A Reforma Agrária continua, quer queiram ou não os seus inimigos

A Reforma Agrária é uma das conquistas mais revolucionárias dos trabalhadores portugueses, quer queiram ou não os seus inimigos. A Reforma Agrária continua. A Reforma Agrária, conquista consagrada na Constituição Portuguesa, não foi uma pretensão nem um acto de caridade oferecido de bandeja aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, foi sim o fruto de uma luta tenaz travada durante e depois do fascismo. (...) Tal como disse

Sábado, no Porto: Trabalhadores do Papel em Encontro Nacional

Assesora e medidas para o seu reforço (tema III). De acordo com os ordens de trabalhos das reuniões até agora realizadas para discussão do documento-base, o projecto de lei amarela para as associações sindicais (230/I), apresentado pelo PS à Assembleia da República, e que tem desencadado uma vaga de protestos das forças democráticas e o repúdio generalizado dos trabalhadores, será uma das questões que figurará entre os documentos a aprovar no Encontro entre cujos objectivos se destaca a procura das soluções mais adequadas a todos os níveis de organização e a análise das formas práticas de aplicação das conclusões apontadas pela Conferência de Organização Sindical realizada pela CGTP-IP.

Açores: presença destacada nos «Dias de Portugal» na URSS

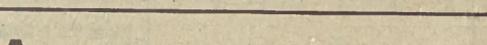
Decorreram em Erevan, capital da República Socialista Soviética da Arménia, os "Dias de Portugal" na URSS, grande realização de características culturais, integrada no plano de intercâmbio e cooperação estabelecido entre a Associação Portugal-URSS e a sua congénere soviética. Uma das notas salientes da edição deste ano dos "Dias de Portugal" foi a participação (muito aplaudida) do Grupo Folclórico da Conceição, ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores. O grupo é constituído por 29 elementos e inclui uma guitarra, seis violas regionais, seis cantores e 20 dançarinos. Maria João Ávila e Manuela Cordeiro são actualmente as dirigentes do agrupamento, que foi fundado em 1969 por Laureano Correia dos Reis, Rodolfo Brum, Maria do Carmo Brum, Maria do Céu e Maria João Ávila. O Grupo Folclórico da Conceição integra jovens dos 19 aos 24 anos, que interpretam apenas canções e danças populares da Ilha Terceira, nomeadamente a "Charamba", "S. Miguel", "Pezinho", "Tirana", "Chamarrita", "Olhos Pretos", "Casaco", "Sapateia", "Bravo", etc. Por intermédio deste grupo, o folclore dos Açores esteve pela primeira vez presente na URSS. Os "Dias de Portugal" na União Soviética contaram com a participação de uma representação portuguesa, constituída, além daquele grupo açoriano, pelo escritor Manuel Ferreira, dr. Moradas Ferreira e América da Costa, e vários dirigentes da Associação Portugal-URSS. As comemorações na Arménia - República soviética que no ano passado enviou ao nosso país uma representação para participar numa jornada de amizade idêntica promovida pela Associação Portugal-URSS - incluíram ainda a realização de diversas iniciativas, designadamente exposições de artesanato, fotografias e cartazes representativos das diversas manifestações de acção e luta do povo português. Num balanço pouco incompleto, pode-se afirmar que a edição deste ano dos "Dias de Portugal" na URSS constituíram, acima de tudo, uma vibrante jornada de solidariedade para com o Portugal de Abril, ao mesmo tempo que proporcionou um reforço dos laços de amizade e conhecimento recíproco entre os dois povos.

Sábado, no Porto: Trabalhadores do Papel em Encontro Nacional

Assesora e medidas para o seu reforço (tema III). De acordo com os ordens de trabalhos das reuniões até agora realizadas para discussão do documento-base, o projecto de lei amarela para as associações sindicais (230/I), apresentado pelo PS à Assembleia da República, e que tem desencadado uma vaga de protestos das forças democráticas e o repúdio generalizado dos trabalhadores, será uma das questões que figurará entre os documentos a aprovar no Encontro entre cujos objectivos se destaca a procura das soluções mais adequadas a todos os níveis de organização e a análise das formas práticas de aplicação das conclusões apontadas pela Conferência de Organização Sindical realizada pela CGTP-IP.

«Urbanismo e Arquitectura na URSS»

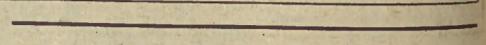
São os seguintes os temas dos colóquios: dia 18 - «Aperfeiçoamento dos sistemas de transportes para o saneamento do meio urbano»; dia 19 - «A investigação aplicada no domínio da Construção Civil»; dia 20 - «Tendências e problemas actuais da arquitectura e do urbanismo»; dia 25 - «A evolução da arquitectura e do urbanismo na URSS desde 1917 até aos nossos dias». Estas conferências realizam-se a partir das 21 horas, no auditório I do LNEC. A exposição será acompanhada pela projecção de filmes e slides. Está também prevista a realização de visitas guiadas segundo horários a anunciar.



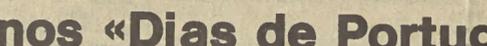
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



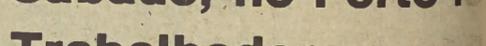
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



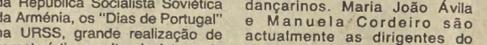
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



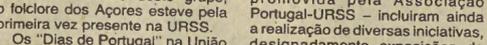
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



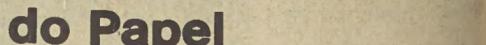
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



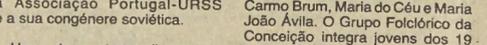
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



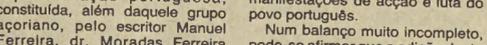
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



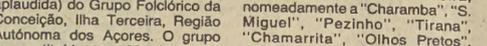
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



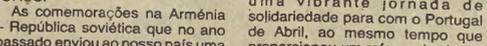
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



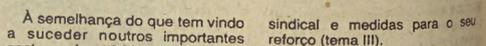
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



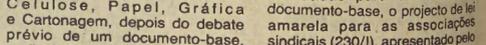
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



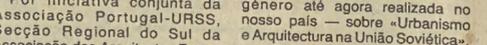
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



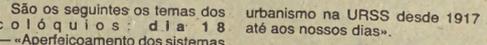
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



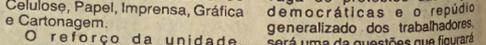
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



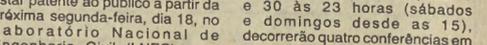
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



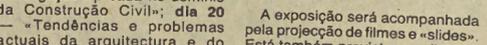
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



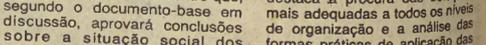
(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).



(Carlos Carvalhas, em 5/6/79).

Nova paralisação na CP

• Aumenta a incapacidade e o boicote de Conselho de Gerência

Na quarta paralisação realizada no período de um mês, os 25 mil trabalhadores da CP, chamando à unidade e à luta comum os cerca de 1500 filiados em dois sindicatos (um deles paralelo) com direcções divisionistas e apoiando estritamente a Comissão Sindical Negociadora (CSN), que representa 95 por cento dos trabalhadores abrangidos pelo ACT, terminaram ontem, às 17 horas, uma nova suspensão de trabalho iniciada às 22 horas de segunda-feira com uma interrupção entre as 5 e as 10 horas para não prejudicar os utentes que nesse período de ponta se dirigem ao trabalho. Com elevada consciência de classe, perfeito conhecimento da situação da empresa, grande poder de organização e firmeza, contra as posições intransigentes do Conselho de Gerência, os ferroviários continuam a luta por um aumento de salários de 23 por cento (o custo de vida subiu mais de 40), pela revisão de toda a matéria económica do ACT e por outras reivindicações justas e realistas de carácter social.

Dois meses depois do início das negociações para a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Conselho de Gerência (CG) continua a manifestar uma intransigência total. Desde o princípio de Abril, apesar das diligências frequentes da CSN (Comissão Sindical Negociadora) junto dos órgãos do Poder e das reuniões com o CG, ainda não foi possível chegar a acordo sobre uma única cláusula do ACT.

A CSN, ao revelar publicamente, na conferência de imprensa de 4 do corrente, essa posição invariável do CG, acusou este Conselho de não estar interessado "numa solução negociada" e de pretender transferir "as suas responsabilidades para o Governo", requerendo "a passagem do processo à fase de conciliação", sem, entretanto, concretizar qualquer contraproposta que "afirma estar em condições de apresentar".

O propósito de boicotar as negociações é nítido por parte do CG.

Negociar directamente

Constituída pelos representantes dos Sindicatos Ferroviários do Norte, Centro e Sul, Enfermeiros do Norte e do Sul, Profissionais de Enfermagem do Centro e Professores da Grande Lisboa, a CSN, que representa 95 por cento dos trabalhadores da CP, lutando contra esse propósito de boicote que anima a parte contrária, "sempre tem defendido a necessidade de se conseguir a revisão do ACT através de negociações directas com o Conselho de Gerência".

Esta posição dos representantes dos trabalhadores, que tem contado com o apoio várias vezes manifestado em grandes reuniões plenárias e concentrações como a de 16 de Maio findo em Lisboa

e no Porto, destina-se a defender com firmeza a liberdade de negociação contratual, que a Constituição reconhece a todos os trabalhadores sem excepção, e que é uma directiva geral do Movimento Sindical Unitário amplamente apoiada por todos os trabalhadores cientes dos seus direitos e dispostos a defendê-los contra a imposição de salários inadequados ao aumento constante do custo de vida.

Forte apoio às formas de luta

Na conferência de imprensa de 4 do corrente, a Federação dos Sindicatos Ferroviários (FSF), ao anunciar a paralisação da última quarta-feira, afirmou: "Desde a primeira hora, sempre os ferroviários tiveram a preocupação de escolher formas de luta que, servindo os seus objectivos, tentam evitar, na medida do possível, transtornos de maior para os utentes dos Caminhos-de-Ferro. O Secretariado da FSF e a CSN mantêm-se fiéis a esta orientação, conscientes das suas responsabilidades perante os trabalhadores dos outros sectores de actividade, seus aliados e vítimas também da política de recuperação capitalista".

Esta orientação posta à prova nas paralisações já efectuadas (2 horas em 10 de Maio findo, quatro horas em 24 do mesmo mês e 7 em 6 do corrente) vai prosseguir, pois as negociações da última sexta-feira, no Ministério do Trabalho, esbarraram novamente com a intransigência do CG.

A semelhança das anteriores, as paralisações decretadas pela FSF

e pela CSN, mandatadas para o efeito por 95 por cento dos 25000 trabalhadores da CP, constituíram novamente provas esclarecedoras da firme e larga adesão à luta em unidade por objectivos legítimos e que a intransigência do CG, apoiado na política de direita do Governo demitido, conduziu os trabalhadores ferroviários de todo o País.

Objectivos comuns exigem unidade

Na conferência de imprensa a que já aludimos e num comunicado da CSN de 4 do corrente, ficou bem esclarecido o propósito concreto de unidade que anima os sindicatos representativos de 95 por cento dos trabalhadores da CP na luta por reivindicações justas, realistas e comuns.

A Federação e a Comissão Negociadora continuam a chamar à luta comum os trabalhadores filiados no Sindicato dos Quadros com direcção divisionista e no paralelo dos Maquinistas. Quer por escrito, quer verbalmente, a FSF tentou, sem resultados, reunir-se com os representantes desses sindicatos a fim de se alcançar uma posição comum nas paralisações. Embora essas organizações divisionistas representem apenas cerca de 1500 dos 25 mil trabalhadores da CP, a Federação e os Sindicatos maioritários, que conduzem efectivamente a luta dos ferroviários, continuam abertos à defesa de posições comuns para que o CG não se aproveite inclusivamente da divisão (da responsabilidade dos divisionistas) para dela extrair "argumentos" favoráveis ao boicote das negociações do ACT.

Estão em jogo interesses comuns. Mas os divisionistas servem-se desses interesses como arma contra a unidade do Movimento Sindical, favorecendo objectivamente as posições do Conselho de Gerência. Por isso, a FSF e a CSN, ao condenarem a greve de 24 horas decretada para a última quarta-feira pelos Sindicatos divisionistas, apelaram novamente à unidade de todos os ferroviários, independentemente da sua profissão e categoria, pois essa unidade "não só é possível como é desejável e necessária", desde que se abandonem "acções aventureiristas e irresponsáveis" e se conjuguem as acções de todos os sindicatos, como de resto sucedeu durante o primeiro mês das negociações.

"A hora é de unidade e de determinação na luta", afirma a CSN. "Unidos e firmes, conseguiremos a satisfação das nossas justas reivindicações" — eis a palavra de ordem necessária ao êxito da luta de todos os ferroviários da CP.



Firmeza no Porto

contra a repressão nos Têxteis

Num clima de combatividade, mas ordeiro, sem nada que anunciasse perturbações ou incidentes, o que tornou ainda mais estranho um aparato policial despropósito, os trabalhadores têxteis do Porto, com uma situação cada vez mais incerta e sob a repressão patronal, que recorre frequentemente aos serviços dos "gorilas" usando a violência para reprimir o uso de simples direitos constitucionais, como seja o exercício da liberdade sindical, manifestaram-se na última sexta-feira contra a instabilidade, a ameaça de desemprego, a prepotência e a repressão em empresas do sector, designadamente naquelas que recentemente foram devolvidas ao patronato.

Em frente à delegação do Ministério do Trabalho, no Porto, trabalhadoras e sobretudo trabalhadoras das fábricas Jacinto, Vallar, CIFA, Uniteca, Abel Alves de Figueiredo, Crestuma e Tripla (transformação de plásticos, em autogestão desde 1975, assaltada pelo ex-patrão em 16 do mês passado) e frente dos "gorilas" da Fidelis mandaram aos órgãos do poder uma moção aprovada contra a «actuação repressiva do patronato» e repudiando a intransigência manifestada «nas negociações com representantes sindicais para a resolução de conflitos».

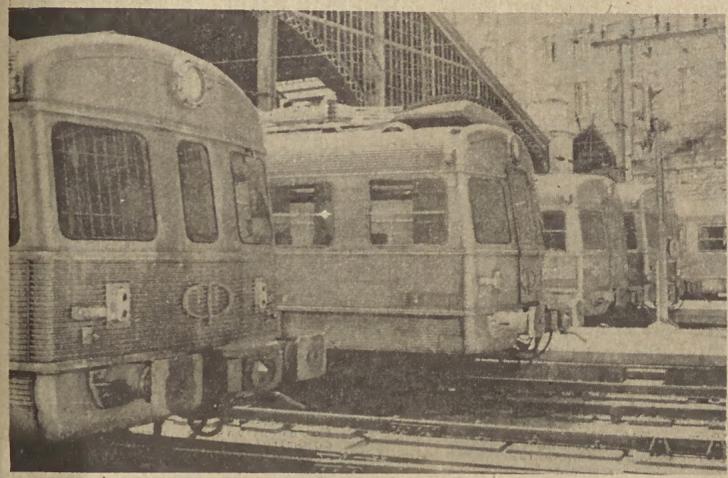
Greves, paralisações e outras formas de luta continuam a assinalar o caminho da luta desses operários, homens e mulheres do sector têxtil, trabalhadores dos mais mal pagos do país, que só nessas seis empresas, Jacinto, Vallar, CIFA, Uniteca, Figueiredo e Crestuma, são mais de 5000.

Com dívidas aos trabalhadores, à Banca nacionalizada e ao Estado, como a Jacinto que deve 80 mil contos directamente ao Estado e mais 350 mil à Banca nacionalizada, essas empresas, que deviam contar com os trabalhadores para vencer as dificuldades e recuperar os

OS TRABALHADORES TRIPLA PELA REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE NA TRIPLA FORA COM OS "GORILAS" DEIXEM-NOS TRABALHAR.



postos de trabalho. São situações, que se arrastam e deterioram há meses, com a Vallar cessando pagamentos em 10 de Maio findo, com a Figueiredo proibindo plênários pela mesma data e com os trabalhadores reforçando a luta contra o desemprego no sector. São situações (essas e muitas outras) que não se resolvem chamando a PSP, com um Ministério do Trabalho demitido que antes de o estar já se demitira das suas responsabilidades. São situações que exigem rapidamente a firme garantia dos direitos de milhares de trabalhadores. Só assim os conflitos cessarão, porque os trabalhadores e os seus organismos representativos já demonstraram que não se atemorizam com os processos utilizados pelos patrões e continuarão a defender, mesmo, contra a violência dos "gorilas" ou outra qualquer, os direitos que conquistaram e ninguém pode atacar.



Forte apoio sublinha a dureza da luta na Panasqueira

• MT dificulta as negociações

Entre as várias formas de luta adoptadas pelos trabalhadores organizados na defesa de reivindicações de ordem económica, na vasta frente de combate pela contratação colectiva e pela sua aplicação integral, sobressaiu nos últimos dias a greve de 48 horas com ocupação do fundo da mina na Panasqueira.

Em condições ainda mais difíceis do que as que enfrentam diariamente no duro trabalho normal, perto de 800 mineiros, apoiados pelas mulheres no exterior, ocuparam a Barroca Grande durante dois dias e duas noites, em 5 e 6 do corrente, "sujeitos a virem de lá mortos", como lembrou uma das manifestantes, prevendo a intoxicação que levou a hospital 8 trabalhadores.

Com assinalável repercussão na Imprensa e na opinião pública, mesmo no estrangeiro, defendida pelos deputados comunistas na Assembleia da República e apoiada pelo Movimento Sindical Unitário, e por outras forças democráticas, a luta dos mineiros da Panasqueira (1381 casos oficiais de silicose nos últimos 20 anos) desenvolve-se há vários meses em apoio de um aumento salarial da ordem dos 25 por cento, por regalias sociais e subsídios e contra a tentativa patronal de aumentar o horário de trabalho.

As minas da Panasqueira, pertencentes a um grande grupo financeiro anglo-americano, deram no ano passado mais de 300 mil contos de lucros líquidos num volume de facturação superior a 1 milhão de contos.

É perante esse potentado, que possui grandes interesses em todo o mundo, que os trabalhadores reivindicam aumentos e regalias mínimas para enfrentar o crescimento galopante do custo de vida.

Com a sua luta, que exigiu providências sanitárias especiais, com recurso aos hospitais da área, à Cruz Vermelha e às Forças Armadas (para, se necessário, poderem dispor de um helicóptero), os trabalhadores conseguiram abrir as negociações.



A hora do fecho do "Avante!" decorria na Panasqueira mais um plênário de trabalhadores. Após as dificuldades encontradas no Ministério do Trabalho pela comissão intersindical que veio a Lisboa para negociações, é de prever que a luta prossiga com a solidariedade manifestada dos trabalhadores portugueses, e mesmo estrangeiros, que, entre numerosas manifestações de apoio, têm revelado interesse pelo evoluir da luta, como é o caso de organizações com o âmbito e o prestígio da Federação Sindical Mundial.

Cresce a luta contra a repressão nas empresas da Amadora

• Solidariedade pode levar à paralisação

A situação social nas empresas da zona da Amadora foi explicada em conferência de imprensa, na última segunda-feira, por membros da União dos Sindicatos e do Conselho de Trabalhadores (USA e CTA) dessa área industrial da periferia de Lisboa. Num documento distribuído e que foi aprovado em plênário daquelas organizações representativas em 24 de Maio findo, manifesta-se «a firme disposição» dos trabalhadores de «levarem a solidariedade a novas formas, incluindo a paralisação», caso «os trabalhadores despedidos não sejam de imediato reintegrados» (designadamente os da Sorefame, Cometna, Móveis Sombra e Interstex) e a repressão não seja travada imediatamente.

Os trabalhadores despedidos continuam a manter-se na primeira linha da luta pela sua reintegração e a de todos os que se encontram na mesma situação. As dez mil assinaturas contra os despedimentos abusivos na Sorefame e exigindo o regresso dos despedidos aos postos de trabalho foram recolhidas essencialmente pelos primeiros interessados nessa forma de luta tendente a repor a legalidade contra as atitudes repressivas da administração da Sorefame e de outras empresas da zona.

Como forma de solidariedade, os companheiros dos trabalhadores despedidos da Sorefame quotizam-se numa ampla subscrição, que ronda os 100 contos, para garantirem na íntegra os salários dos trabalhadores atingidos pelas atitudes prepotentes da direcção da empresa.

Essas e outras formas de solidariedade, incluindo a paralisação, vão ser expostas e debatidas num plênario a realizar no próximo sábado pelas Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais que enfrentam, na primeira linha da luta

e também das ameaças patronais, uma situação de graves riscos que se reflecte em 6 delegados sindicais já despedidos e mais 30 trabalhadores suspensos, na tentativa permanente de desorganizar as estruturas representativas nas empresas.

Depois de referirem que esses 6 despedidos e os 30 suspensos são, com uma única excepção, membros de Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais, os representantes da USA e da CTA expuseram na conferência as situações que consideram mais graves. Entre elas destacamos:

- Sorefame — 11 trabalhadores despedidos e 11 suspensos. Todos são membros dos executivos das Comissões Intersindical e de Trabalhadores.
- Cometna — 1 trabalhador despedido. Processos disciplinares instaurados a todos os membros dos órgãos representativos dos trabalhadores, num total de 19. Todos suspensos.
- Interstex — Despedida uma delegada sindical, a única que existia na empresa. O despedimento deu-se em

evidente atitude repressiva, depois das lutas travadas pelos trabalhadores pelo pagamento de salários em atraso. Posteriormente, foram eleitos 3 delegados sindicais. Tendo direito a 4, os trabalhadores mantiveram o lugar da delegada despedida exigindo a sua reintegração.

- Móveis Sombra — Empresa do grupo têxtil Manuel Gonçalves. Despedido um delegado sindical. Ameaça de falência e despedimento em massa.
- Cabos Ávila — O patrão recusa-se a reconhecer a CT recentemente eleita por mais de 70 por cento dos trabalhadores, «só porque 4 mercenários decidiram impugnar as eleições». A impugnação foi recusada em plênario. «Os gorilas recrutados mantêm um ambiente de tensão social na empresa. As provocações, ameaças e perseguições aos trabalhadores são constantes».

Outras situações graves foram apontadas em relação à Edifir, M.B. Pereira da Costa, Sousa Braga, Bertrand, Bis e Confeitaria do Salitre.

«Projecto Gonelha» — um paraquedas furado da UGT/PPD

O projecto de lei sindical (230/1) já ganhou o seu triste direito ao repúdio popular. A má fama de que vem acompanhado está bem patente nos qualificativos por que é conhecido: «projecto Gonelha» (talvez o pior que lhe podem chamar), «lei amarela» e «lei Barreto dos sindicatos». Com o apoio inequívoco da direita, como sucedeu com o projecto para as CTs também de iniciativa PS e já aprovado na generalidade, o projecto 230/1 tem o início da sua discussão previsto para o próximo dia 15 na Assembleia da República. Prorrogado até ao último dia 10, o prazo para a sua discussão pelos trabalhadores, que inicialmente deveria terminar em 20 de Maio findo, tem dada oportunidade a uma autêntica vaga de protestos e a uma documentada atitude de repúdio por parte de forças democráticas, com relevo para o PCP, e de todo o Movimento Sindical Unitário, apoiado em grande número de reuniões por todo o País, da iniciativa de organismos representativos dos trabalhadores em empresas e serviços e em plênários e outras assembleias de iniciativa sindical.

Entretanto, os representantes do PS e do CDS na Comissão de Trabalho da Assembleia da República não se dignavam comparecer a uma reunião com dirigentes de 14 federações sindicais marcada pela própria comissão para 6 do corrente.

Adiada para a última segunda-feira, dia 11, essa reunião, a que apenas compareceram os representantes do PCP e do PPD, destinava-se a apresentar aquela comissão os resultados até então apurados na discussão do projecto pelos trabalhadores. Alvo de um parecer, esses resultados revelam-se maciçamente contrários à aprovação do projecto Gonelha e reivindicam a aprovação do «projecto dos trabalhadores» na Assembleia da República com base na respectiva proposta aprovada na maior e mais representativa assembleia sindical até hoje efectuada no nosso país: o Congresso de Todos os Sindicatos realizado em Lisboa de 27 a 31 de Janeiro de 1977.

A «lei Barreto dos sindicatos» era entretanto unanimemente repudiada numa grande assembleia no Porto. Em 6 do corrente, no cinema Vale Formoso, por iniciativa da União dos Sindicatos do distrito, dirigentes e delegados sindicais, juntamente com membros das comissões de trabalhadores de grande número de empresas, condenavam e denunciavam o carácter anti-trabalhadores do projecto 230/1, apelando à mobilização contra essa ameaça que surge numa altura em que o patronato mais reacção apoiado pelo Governo Mota Pinto/PPD mobiliza as suas hostes na escalada repressiva contra os direitos, liberdades

e garantias dos trabalhadores organizados nas empresas.

Assembleias de delegados sindicais da Função Pública no Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, o Sindicato da FP da Zona Norte, vários sindicatos do distrito de Aveiro, União dos Sindicatos de Setúbal, a quase totalidade das federações e uniões sindicais, com sessões por todo o País, designadamente em Castelo Branco, Figueira da Foz, Santarém, Beja, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, delegados sindicais de grande número de sindicatos e comissões de trabalhadores actuavam entretanto no mesmo sentido, desde que o projecto Gonelha foi posto à discussão, merecendo desde logo uma oposição generalizada àquilo que a CGTP-IN caracterizou como «atentado afrontoso contra os trabalhadores e contra os próprios fundamentos e continuidade do regime democrático e constitucional».

Esse projecto é uma ameaça de tal maneira grave que, segundo decisão aprovada em plênario, a União dos Sindicatos de Lisboa elegeu, em fins de Maio, uma comissão dinamizadora para coordenar especificamente as acções contra o projecto Gonelha, que pretende legalizar o divisionismo sindical, pulverizando os Sindicatos, acabando com a sua independência, esvaziando de sentido e de efeitos práticos a actividade sindical nas empresas e pretendendo até acabar com ela em unidades com menos de 10 trabalhadores sindicalizados.

E tudo isso em troca da

legalização da UGT e dos paralelos constituídos legalmente, para favorecer um projecto partidarizado PSD/PPD e adjectivos neocorruptivos incluindo o CDS, na mira de retirar qualquer capacidade reivindicativa aos Sindicatos, desorganizando-os, acabando com a militância do Movimento Sindical, quebrando a sua unidade e tornando-o presa fácil do «parceirismo social» em benefício do patronato e das forças políticas ao seu serviço.

O IX Congresso do PCP analisou muito claramente esta nova fase da ofensiva divisionista contra o Movimento Sindical. A tentativa de «impor as teses da UGT» a todos os Sindicatos foi fortemente condenada em várias intervenções na tribuna do Congresso e dos documentos finais.

«O projecto pretende acabar com a vida democrática dos Sindicatos», afirmava a camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC, ao chamar a atenção para «o modelo único de organização» que o projecto Gonelha tenta impor como se fosse inspirado pelo Estatuto do Trabalho Nacional fascista.

Da «lei amarela» nada se salva. A campanha contra a sua aprovação prossegue com a certeza de que, se o projecto passar com os votos venedores da direita, a sua aplicação vai deparar com uma realidade que em nada facilita os objectivos dos divisionistas.

Aprovar uma lei contra essa realidade é uma coisa. Aplicá-la é outra muito diferente.

VI Encontro na Indústria Naval

• A prática da Coordenadora desmente falso argumento do PS

A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval, mostrando pela prática como é inaceitável a tentativa parlamentar do PS para esvaziar de efeito prático essas estruturas organizativas e, nomeadamente, para legalizar as Coordenadoras a nível nacional, realiza no próximo sábado, dia 16, na Incrivel Almada, em Almada, o 6.º Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria Naval.

Com uma ordem de trabalhos de que constam o balanço da actividade da Coordenadora, a análise à situação das empresas e do sector, a discussão do projecto de estatutos e conclusões, o 6.º Encontro baseará os seus trabalhos em documentos previamente distribuídos para discussão: regulamento, projecto de estatutos de documento-base.

Este último, intitulado «Por uma política correcta e patriótica para o sector e para a economia nacional», inclui 5 grandes temas com vários capítulos. Destes destacamos «a necessidade da existência da Coordenadora (CCTIN) e o seu carácter constitucional», o «sector nacionalizado e participado», as «consequências de uma eventual integração na CEE», a «situação actual da indústria naval», a cooperação com o Movimento Sindical Unitário e «os trabalhadores e o controlo operário».

PS (José Leitão) segundo o qual as comissões coordenadoras «não seriam mais que um órgão político burocrático», pelo que o projecto PS para as CTs já aprovado na generalidade não prevê a sua criação a nível nacional.

Contra essa opinião, ela própria insegura porque logo a seguir o mesmo deputado considera que «é fundamental a constituição de comissões coordenadoras» a outros níveis que não o nacional, «de forma a que possam exercer de maneira mais eficaz os direitos que lhes são constitucionalmente atribuídos», a Comissão Coordenadora da Indústria Naval justifica, nomeadamente, a sua existência pela sua «função de defesa dos postos de trabalho, dos trabalhadores do sector e da economia nacional», o que pode fazer com uma eficiência muito maior do que cada uma das Comissões de Trabalhadores actuando isoladamente. De resto, a Constituição no seu Artigo 55.º reconhece a importância das Coordenadoras, sem distinguir os níveis em que actuem, ao afirmar que podem ser criadas pelas CTs as Comissões Coordenadoras «para melhor intervenção na reestruturação e por forma a garantir os interesses dos trabalhadores».

É nesse sentido que decorrerá o 6.º Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria Naval, para que se defina uma política nacional para o sector, para que se reestruturem as suas empresas, para que se reforce a organização dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e dos interesses da economia nacional.



Milhares de pessoas assistiram ao comício realizado no Palácio de Cristal, no Porto

"Militei aqui clandestinamente durante vários anos, no tempo da ditadura fascista. Guardo do povo do Norte as mais gratas recordações. Guardo a imagem de um povo que trabalha e que luta com abnegação e determinação, não apenas para viver melhor, mas para deixar aos seus filhos uma pátria mais feliz, mais livre e mais próspera. Uma pátria de liberdade, de democracia, liberta sempre da exploração do homem pelo homem. (...) Estamos certos de que, com a força do Norte, a revolução será mais forte!"

Palavras do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, proferidas durante o comício realizado no sábado à tarde, no Porto, com a participação de muitos milhares de pessoas. Na nave central do palácio, engalanada com inúmeras faixas e muitos cartazes alusivos à Festa da Alegria, ecoaram o entusiasmo e a confiança dos militantes, simpatizantes e amigos do nosso partido.

Pode dizer-se que começou da melhor forma a campanha de esclarecimento e de divulgação dos resultados do IX Congresso que, por todo o Norte, vai ser desenvolvida pelos comunistas. Na tarde de sábado, eram muitos milhares de pessoas presentes na primeira grande jornada. Posta à venda no comício, a brochura contendo a "Resolução Política" foi adquirida por muitas pessoas. Para quem esteve no Barreiro, durante o Congresso, não pode deixar de sentir que, uma semana depois, ali estava patente o mesmo espírito, a mesma alegria e confiança dos que apoiam e militam no partido da verdade, da esperança e do futuro.

Unidade e Coesão dos comunistas

Impossibilitado de estar presente, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, redigiu uma intervenção, lida pelo camarada João Paulo Guerra, na qual começou por explicar as diferenças entre o nosso Congresso e os que amiúde convocam os partidos da burguesia e da reacção:

"Os partidos da burguesia e da reacção fazem congressos, uns em cima dos outros para discutir as rivalidades ou divergências dos seus dirigentes, os seus conflitos e os seus arranjos internos. O PPD, por exemplo, faz congressos sobre congressos para pôr e tirar dirigentes, para pôr ou tirar Sá Carneiros, ou até para fazer aprovar num congresso o que tinha reprovado no anterior".

Salientando que "a reacção e os anticomunistas atacam o nosso Congresso precisamente por um dos seus traços mais importantes, pela unanimidade das suas votações e pela unidade dos comunistas que se respirou em todo o Congresso", Ângelo Veloso frizou ser "natural que a reacção não compreenda os comunistas, a coesão dos comunistas. É natural que a reacção ataque o que precisamente resulta da natureza. Mas a unidade e a coesão dos comunistas é também, além disso, a expressão mais directa da profundidade e amplitude da democracia dentro do partido. A reacção não quer ver isto e, por isso, a reacção é o pior cego."

Depois de ter saudado os dois camaradas da Comissão

português que, na linha do seu passado glorioso, não poupará esforços nem sacrifícios para honrar as suas responsabilidades nacionais na luta difícil, mas gloriosa e vitoriosa, para assegurar o triunfo definitivo da revolução democrática a caminho do socialismo."

Depois de ter salientado

independência e prestígio do Portugal de Abril".

A propósito da queda do Governo Mota Pinto e do pânico que ela causou nos partidos reaccionários, Jaime Serra expôs a reivindicação formulada de há muito pelos trabalhadores para uma saída democrática para a actual crise no quadro e no respeito das

As ilegalidades são cada vez maiores

"As ilegalidades praticadas pelos sucessivos MAP's, a partir do VI Governo Provisório, são cada vez maiores. As portarias a anular decretos-leis e os despachos do MAP a anular as portarias sucedem-se. Raro é o dia em que, protegidos por fortes contingentes da GNR, homens dos Centros Regionais da Reforma Agrária e bandos de agrários sabotadores não arrancam às UCPs e Cooperativas centenas de milhares de hectares de terra", denunciou o camarada Diniz Miranda na sua intervenção.

Muitas vezes interrompido pela multidão que, em uníssono, manifestava a sua solidariedade à Reforma Agrária e aos seus obreiros, aquele dirigente comunista divulgou um imenso rol de ilegalidades e de violências, no âmbito da ofensiva contra aquela conquista de Abril, que torna ainda mais heróica a resistência que tem sido oposta pelos trabalhadores dos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Como salientou Diniz Miranda, "no Alentejo e no Ribatejo impera a prepotência, o abuso do Poder, a ilegalidade dos sucessivos MAP's e a violência da GNR. Os novos Carrajolas que assassinaram Catarina Eufémia, e os novos tenentes José Pombos, Almeida Ferros e os sergentes Francisco Martins Ranges, que comandaram as forças da GNR, que assassinaram José Adelino dos Santos, semeiam nos campos do Alentejo e do Ribatejo o ódio, a violência.

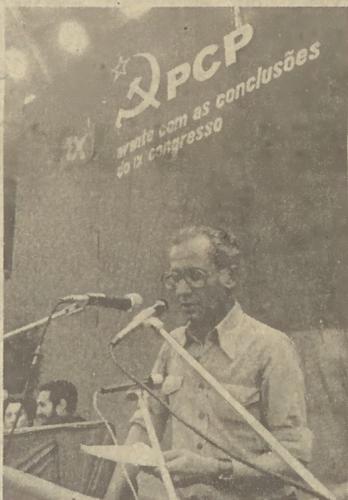
"Só que agora recordou, são os tenentes Correlas Dias Matias, os Jerónimos Santos e os Ferros que passaram a exercer essas brutalidades. Que o digam os 800 trabalhadores, homens, mulheres e jovens espancados e mordidos por cães-polícias, os mais de 300 feridos, alguns deles com gravidade".

Segundo revelou, «por cada 200 hectares de terra entregues aos agrários — um trabalhador foi espancado, mordido por cães-polícias ou julgado em processos sumários.» Interrompido por um enorme clamor de repúdio e de confiança, o camarada eleito para efectivo da Comissão Política, no IX Congresso apontou o exemplo de inúmeras lutas actualmente em curso no País para assinalar que: «não há repressão, por mais cruel que seja, que consiga assegurar o Poder a quem se opõe aos interesses do Povo e ao sentido da História. A vida tem-no demonstrado. A queda de mais um Governo — o de Mota Pinto — confirma-o».

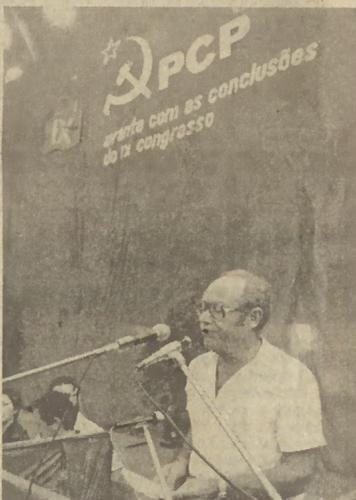
Após ter explicitado o sentido da posição assumida pelo Grupo Parlamentar do PCP quanto ao recente projecto do PS de alteração à Lei Barreto e de ter citado palavras do comandante-geral da GNR, Diniz Miranda diria parafraseando o responsável por aquela força militarizada: «ficamos a pensar o quanto seria lícito lançar os cães-polícias contra os elementos do MAP e dos seus serviços e contra os agrários sabotadores».

A terminar a sua intervenção e após ter divulgado inúmeros exemplos concretos de atrocidades e de ilegalidades, o dirigente comunista da zona da Reforma Agrária declarou:

"A Reforma Agrária, embora mutilada aqui e acolá, continua e continuará bem viva. E mais — o número de homens, mulheres e jovens do Alentejo que vem ao nosso Partido, é cada vez maior: só no mês de Maio, filiaram-se no Partido, no Alentejo, 619 novos membros. Temos a certeza que não se filiaram no nosso Partido só para aborrecer os reaccionários e os demagogos eleitoralistas. Filiaram-se no PCP porque viram nele o grande partido revolucionário que está com os trabalhadores, nas horas boas e más."



Diniz Miranda



Jaime Serra

Política presentes que, antes do 25 de Abril, estiveram na clandestinidade no Norte, aproveitou para agradecer a hospitalidade do povo e dos comunistas do Barreiro aos delegados e convidados do Norte.

Em curtas mas significativas palavras, o dirigente comunista apresentou os restantes 18 camaradas da ORN eleitos para o CC. "Aqui nasceram, aqui cresceram, aqui vivem e lutam", declarou. "Ao todo, são oito operários, cinco empregados e cinco intelectuais. Quatro são mulheres. Uns mais jovens e outros menos jovens. São militantes temperados nas lutas pela liberdade, contra a exploração e a opressão, educados pelo nosso partido, fiéis à classe operária, aos trabalhadores, à luta por um Portugal democrático, rumo ao socialismo."

O reforço do PCP interessa ao nosso povo

Responsável pela Organização Regional onde se efectuou o Congresso, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC aproveitou para divulgar dados significativos que atestam o enorme trabalho colectivo na preparação e no decurso do IX Congresso e sobre o prestígio do PCP dentro do movimento comunista e operário internacional.

"O PCP, lembrou a dada altura", surge no quadro político nacional como a única grande força política inteiramente fiel aos ideais da democracia e do socialismo, como a única grande força política inteiramente devotada à causa dos trabalhadores e do povo, como a única força política que conquista pela sua coerência e firmeza um apoio e influência cada vez mais amplos.

"Ao realizar o IX Congresso, acrescentou, o PCP garante aos trabalhadores e ao Povo

a importância da Resolução Política aprovada no Barreiro e de ter situado a crise da sociedade portuguesa no quadro da crise geral do capitalismo, Jaime Serra apontou a NATO, o Mercado Comum, o FMI, a CIA, o divisionismo sindical, o racismo, o colonialismo, como "grosseiras peças de um aparelho desconjuntado, para tentar manter de pé um mundo em decomposição" (...)

Para este dirigente comunista "o reforço do nosso partido, como força essencial e determinante da democracia portuguesa, interessa aos trabalhadores, aos democratas, ao nosso povo, à defesa dos interesses nacionais, da democracia e da

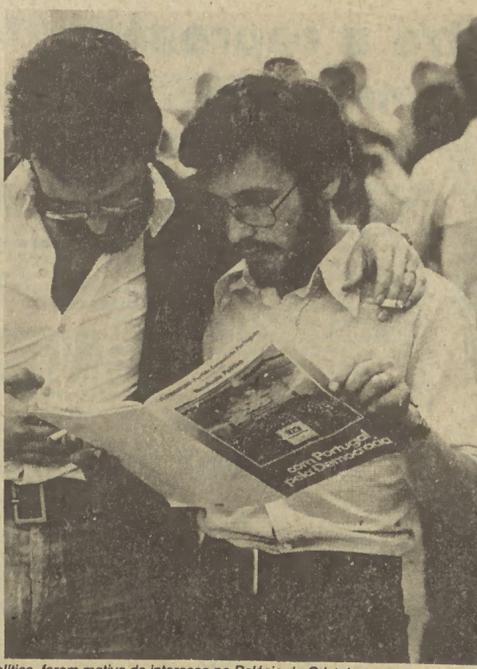
instituições democráticas.

"Os trabalhadores e as massas populares, recordou, reclamam a formação de um governo de apaziguamento e concórdia nacional que conduza o País até às eleições normais de 1980, no respeito pelas transformações democráticas consignadas na Constituição.

"Mas — realçou — se a solução da actual crise tiver de ser a convocação de eleições intercalares, creio que todos estamos de acordo, camaradas, que os partidos reaccionários serão de novo derrotados e o eleitorado elegerá, de novo, e talvez mais acentuadamente, uma maioria democrática para a Assembleia da República".



O «Avante!» da passada semana, dedicado ao Congresso, e a Resolução Política, foram motivo de interesse no Palácio de Cristal.



Festa da Uda foi uma demonstração no concelho de...



Extractos de...

(...)
É a própria experiência destes três anos que mostra que o povo está unido, que corajosamente se opôs à reacção. E a este respeito é bem ilustrativo o que passou com os governos.

Vimos o governo PS afirmar que ia governar sozinho, mas aliado de facto à direita. Mas o que não passou de 1977? E é caso para perguntar: não passou de 1977?

Os socialistas, em primeiro lugar, devem fazer exame sobre as razões por que o seu governo propunha ir até 1980, e até para lá de 1980, para ganharem novas eleições como diziam que iria acontecer não passou de 1977.

Não passou de 1977 porque a política de reacção capitalista, latifundista e imperialista não resolveu os problemas do país.

Tropeçou com a nova realidade que foi criada com o novo governo PS. Abril, é incapaz de resolver um único dos problemas do nosso povo e do nosso país. Esta é a razão fundamental do fracasso do governo PS e dos governos que sucederam ao governo PS.

Todos eles afirmaram que existe um «país real» e a nossa política, a política dos comunistas, vai com o «país real».

Unidade, em S. Domingos de Rana Demonstração do desenvolvimento do Partido de Cascais

Com o objectivo de angariar fundos para a compra de um Centro de Trabalho do PCP em Tires, realizou-se no passado fim-de-semana, em S. Domingos de Rana, a Festa da Unidade, promovida pela Comissão Concelhia de Cascais do PCP.

A Festa, que decorreu nos terrenos anexos ao Seminário da Torre d'Agulha, especialmente cedidos para o efeito, juntou em ameno convívio, durante dois dias, centenas e centenas de comunistas, simpatisantes e demais democratas daquela zona.

No entanto, como seria de esperar, as atenções centraram-se no comício que encerrou a Festa e no qual o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, foi um dos oradores.

A sua intervenção, que referimos noutra local, foi motivo para tornar mais pequeno o local destinado ao comício, de tal modo se encontrava repleto.

Mas falemos da Festa. A sua concretização obrigou a um esforço por parte da Organização local, esforço tanto maior se tivermos em conta a proximidade do IX Congresso. No entanto, os camaradas não escondiam a sua satisfação pelo trabalho desenvolvido.

A opinião generalizada era a de que a experiência agora levada a cabo foi altamente positiva.

O recinto dedicado à noite do fado revelou-se pequeno para a afluência que registou até bastante tarde. Os restaurantes, com ementas sedutoras, embora simples, despacharam rapidamente as "bichas" que às horas das refeições se iam formando.

O baile, animado por um conjunto popular, foi também motivo de atracção. E muito se dançou. Também as crianças não foram esquecidas — plasticina, barro, lápis de cor, canetas de feltro e papel estavam acessíveis às que as quisessem utilizar.

Mas nada daquilo foi feito sem trabalho. Como nos disseram, a implantação da Festa obrigou à limpeza do

terreno e do cerrado arvoredo. As árvores tiveram que ser limpas dos ramos mais baixos para que as pessoas pudessem circular à vontade. Também o abastecimento de água e de electricidade foram problemas que tiveram de ser resolvidos. Erguer os pavilhões e os estrados foram outras tarefas a que os camaradas meteram ombros — e tudo começou a ser feito na quarta-feira passada.

Pela adesão verificada tudo indica que a Festa se repetirá no próximo ano, como iniciativa que ganha raízes em S. Domingos de Rana.

Em Setembro a Inauguração do CT de Tires

Presidiu ao comício que se realizou na tarde de domingo, o camarada Carlos Pereira, membro suplente do CC e membro da DORL. O primeiro orador, o camarada João Couchinho, membro da Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana do PCP, referiu na sua intervenção as deficiências verificadas na concretização da Festa, considerando-as contudo como salutares na medida em que nas realizações futuras poderão ser ultrapassadas.

O novo Centro de trabalho, em Tires, mereceu igualmente a sua atenção, revelando que será inaugurado na primeira semana de Setembro, ao mesmo tempo que destacava a sua importância para o trabalho do Partido na região, trabalho que se processa em constante desenvolvimento.

Em representação das organizações concelhias da UJC e da UEC falou, em seguida, a camarada Maria da Graça que focou nomeadamente os problemas dos jovens, tanto no ensino como no início de uma vida profissional.

Antecedendo a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, falou a camarada Maria das Dores Bastos, membro da Comissão Concelhia de Cascais do PCP, que fez um apanhado da actividade do Partido no concelho.

A Costa do Sol não é só turismo

Pelas palavras de Maria das Dores Bastos ficamos a saber que a Costa do Sol não é só zona de veraneio da grande burguesia. Ali existe uma concentração industrial apreciável, com a consequente camada de trabalhadores.

Começando por referir que aquela Festa foi demonstrativa da força crescente do nosso Partido também no concelho de Cascais e da sua implantação na freguesia de S. Domingos de Rana, cuja população constituída principalmente por trabalhadores industriais vê cada vez mais no Partido Comunista o seu partido, focou em seguida a importância da abertura de um Centro de Trabalho na freguesia, necessidade profundamente sentida por toda a Organização, que irá reforçar e alargar a implantação e organização do Partido em S. Domingos de Rana (onde se encontra quase um terço da Organização do PCP no concelho de Cascais) e contribuir assim para reforçar a Organização do Partido em todo o concelho.

O aumento da Organização

Mencionando os dados do último balanço de Organização, feito em 31 de Dezembro de 1978, a camarada apontou alguns números exemplificativos do alargamento processado:

O número de militantes aumentou de 12 por cento em relação a 1977. Número inferior à realidade, pois não se contabilizaram os inscritos no Partido a quem não foi ainda distribuído cartão. E todos sabemos que infelizmente são muitos.

No respeitante à composição social salientou que continua a ser maioritariamente operária, ainda que a percentagem tenha passado de 57 por cento, em 1977, para 55 por cento, em 1978. O conjunto de operários industriais

e empregados manteve-se porém constante: 81 por cento em 1977 e 1978.

Contudo, no respeitante à participação das mulheres os dados obtidos colocam alguns problemas e apontam direcções de trabalho. Com efeito, segundo salientou, a percentagem de mulheres passou de 24 por cento em 1977 para 23 por cento no ano seguinte.

Trazer as mulheres ao nosso Partido — acrescentou — reforçando o trabalho nas empresas, onde a maioria dos trabalhadores são mulheres, reforçar o trabalho a nível dos locais de residência, dinamizando a luta pela solução dos problemas locais, pois a participação das mulheres nas sessões e reuniões para tratar desses problemas é quase sempre maioritária.

Após uma referência à venda do «Avante!» e de O Militante», cujos resultados

actuais considerou poderem ser largamente ultrapassados, e de ter analisado as lutas nas empresas da região, nomeadamente na Standard, Vitrohm e SIPE, onde o Partido tem apoiado a luta das referidas comissões de trabalhadores, a camarada Dores Bastos abordou a frente de luta a nível autárquico.

A APU na defesa das populações

Os comunistas com os seus aliados na APU têm desenvolvido um trabalho esforçado e uma luta constante para contrariar a política da Câmara, mais preocupada com o desenvolvimento do turismo de luxo que com a solução dos problemas concretos da população.

Os eleitos da APU têm defendido a continuação dos processos SAAL das Marianas e de Matarraque

e apresentado propostas para que seja dada habitação condigna às mais de 1000 famílias que vivem em barracas.

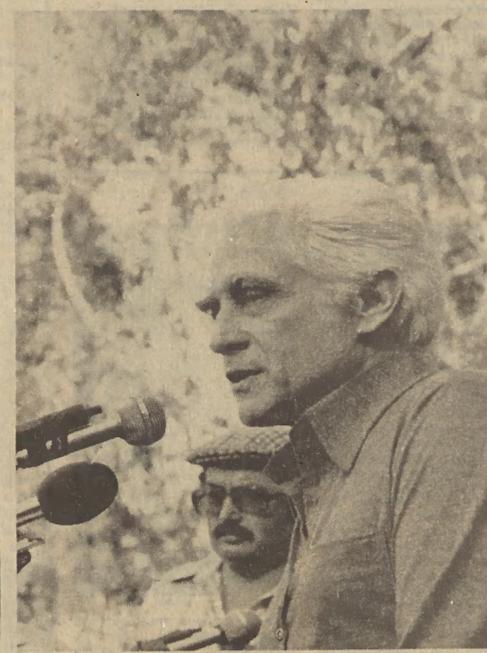
E mais adiante: Os eleitos da APU lutam pela solução do problema de saneamento cuja gravidade é alarmante, propondo que as verbas do jogo (mais de 300 000 contos) sejam aplicadas na construção das infra-estruturas de saneamento dos bairros do interior e no combate à poluição das praias, que atinge já os limites de segurança.

Sobre este assunto diria ainda a camarada: Só o reforço da posição da APU nos órgãos de poder local poderá impor decisões e soluções que vão ao encontro dos verdadeiros interesses e dos reais problemas da população.

A terminar, a camarada Dores Bastos salientaria:

O reforço da nossa organização nalgumas freguesias passa quase exclusivamente pela dinamização do trabalho nas autarquias e nas organizações populares. Passa pelo conhecimento e intervenção do Partido nos pequenos e grandes problemas locais, que vão desde a colocação de contentores para o lixo até aos problemas de urbanização.

Com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal se encerrou a Festa. Mas a actividade dos comunistas em S. Domingos de Rana ganhara em experiência. Muitas das questões ali apontadas serão, no futuro, corrigidas. O trabalho a desenvolver, fruto do conhecimento de todos, só-lo-á, a partir de agora, ainda mais participado, mais profundo, mais experiente.



Intervenção de Álvaro Cunhal

Mas qual é o país real? Será o país real (e essa foi uma pergunta que se colocou e a que se respondeu no nosso Congresso) aquele que a reacção diz que é, um país saudosos dos velhos tempos, saudosos dos Melos, dos Champalimauds, dos Espíritos Santo, etc.? Um país saudosos dos pides e dos Tarrafais? Ou, bem pelo contrário, o país real é aquele que o nosso povo conquistou com o 25 de Abril? O país da Reforma Agrária, o país que liquidou os monopólios, um país de liberdades, um país onde existem um Partido Comunista, um movimento operário suficientemente fortes e organizados para serem capazes de fazer frente à reacção e impedirem que sejam destruídas as conquistas democráticas alcançadas com o 25 de Abril!

Mas, voltando aos governos, recordemos que, depois do governo PS sozinho aliado de facto à direita, realizou-se aquele casamento contranatura PS-CDS e constituiu-se o novo governo. E também disseram que a aliança ia até 1980, e até para além de 1980!... E o que é que sucedeu?! Duraram pouco!

E duraram pouco porque não resolveram os problemas nacionais, porque foram contra as conquistas democráticas, foram contra a própria realidade, contra os

interesses do povo, e encontraram pela frente a luta do povo trabalhador, a luta de todas as camadas da população que não estão interessadas em que seja restaurado o poder dos monopólios e dos latifundiários.

Depois veio o governo Nobre da Costa, que durou pouco, e o governo Mota Pinto.

Também todos ouvimos como Mota Pinto dizia «este governo vai até 1980!» Também ia até 1980... Ora camaradas, todos nos lembramos que logo a 10 de Fevereiro, no comício do Campo Pequeno, um grito unânime veio dos participantes: «a luta continua, Mota Pinto para a rua!» Mota Pinto continuou a dizer que ficaria até 1980... E todos nos lembramos que a 10 de Março, no Porto, e a 17 de Março, em Lisboa, apareceram centenas de dísticos afirmando «Mota Pinto para a rua». Eles continuaram a dizer que não, que ficavam até 1980... Mas foram para a rua!

O governo Mota Pinto demitiu-se ele próprio porque estava certo de que iriam ser aprovadas na Assembleia da República duas moções de censura e a Assembleia da República é um órgão de soberania que tem o poder de pôr termo a um governo. O primeiro-ministro Mota Pinto não quis ir para a rua assim e foi ele próprio pedir a demissão ao Presidente da República, que aceitou o pedido, o que nós consideramos absolutamente correcto.

O governo acabou, foi exonerado e, segundo a Constituição, já não está sequer em funções. Mota Pinto é um caso arrumado.

Agora, camaradas, é evidente que não chega atirar um governo abaixo: é necessário vermos qual o governo que vem depois. E a questão está posta: qual a solução para a actual crise política? Qual é a alternativa?

No entender do nosso Partido, uma vez que o governo Mota Pinto está exonerado, é necessário formar rapidamente um governo que siga uma política diferente da anterior, que rectifique os erros fundamentais cometidos pelos governos anteriores, que respeite a Constituição e as conquistas democráticas da Revolução portuguesa, que respeite os interesses do povo trabalhador e os interesses do nosso país. Um governo cujas características fundamentais sejam características de um governo democrático.

Pensamos que estão criadas as condições essenciais para que seja formado um tal governo: existe na Assembleia da República uma maioria que o torna possível. A sua constituição depende de vários factores, entre eles o entendimento entre partidos, e também do Presidente da República — mas há condições para formar

rapidamente um governo que siga uma política diferente da política dos governos anteriores.

Se um tal governo não puder ser formado, então o nosso Partido defende a realização de eleições intercalares. Mas antes disso terá de se formar outro governo, um governo de gestão, que dê garantias ao Povo português de imparcialidade, de isenção, que respeite as liberdades democráticas, a igualdade dos partidos e que não torne o aparelho de Estado (particularmente os meios de comunicação social) um instrumento da direita na luta contra os candidatos de esquerda.

Daí nós pensarmos que a alternativa neste momento é: ou um governo democrático com uma política democrática ou a realização de eleições intercalares para a Assembleia da República.

E estamos convencidos, camaradas, que se houver eleições intercalares e se forem asseguradas as liberdades e os direitos dos cidadãos, a reacção será derrotada, o CDS e o PPD continuarão em minoria, o nosso povo votará novamente nos partidos democráticos, o nosso Partido aumentará bastante o número de votos e de deputados — o que é uma condição essencial para a formação de um governo democrático.

(...)

Em comícios e sessões de esclarecimento o IX Congresso e a situação política actual

De Norte a Sul, do Porto a S. Bartolomeu de Messines, muitos foram os comícios e sessões de esclarecimento em que participaram dirigentes do Partido, no seguimento do IX Congresso, comícios e sessões em que, a par da divulgação das conclusões da reunião do órgão supremo do PCP, a situação política actual foi o tema.

Em São Domingos de Rana falou o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, conforme dá conta a nossa reportagem. Também do Porto, a reportagem do «Avante!» nos fala do comício do Palácio de Cristal onde intervieram os camaradas Jaime Serra e Dinis Miranda da Comissão Política do CC, tendo ainda sido lida uma alocução do camarada Ângelo Veloso, suplente do mesmo organismo do Comité Central.

Por seu lado, num comício-festa, realizado nas Caldas da Rainha, no passado domingo, o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política referiu-se a alguns aspectos das conclusões do Congresso, nomeadamente à crítica vigorosa a que foi submetida a política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista.

As despesas enormes de carácter militar quando o dinheiro falta para desenvolver a economia nacional, para acudir com crédito barato aos pequenos e médios agricultores e industriais.

Ante o FMI que exige que o nosso país produza menos, que o nosso povo consuma menos pagando mais caro (cada um sente na bolsa e no estômago os resultados do aumento dos preços de primeira necessidade), ante o FMI dobram a espinha, aceitando condições políticas atentatórias da nossa dignidade e Independência nacional e políticos dos partidos de

direita e ditos apertadários e também do PS. Por outro lado — disse ainda Sérgio Vilarigues —, o aumento do desemprego em Portugal, sendo em parte fruto da crise geral do capitalismo à escala mundial, tem como causa, no que respeita a Portugal, a política de recuperação seguida pelos sucessivos governos constitucionais e a sua submissão aos ditames dos países imperialistas da Europa e dos Estados Unidos.

O IX Congresso do PCP salientou com força que em Portugal há recursos suficientes que, bem aproveitados, proporcionarão melhores condições de vida ao nosso povo. Para o seu aproveitamento existem os trabalhadores portugueses.

Mota Pinto queria mais

O fracasso da política seguida pelo último Governo foi o tema do discurso do camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC, falando a cerca de 400 pessoas, também no domingo, em São Bartolomeu de Messines, no Algarve. Joaquim Gomes, que parti-

cipou ainda numa sessão de esclarecimento, realizada em Lagoa, e numa reunião geral de militantes, em Albufeira, afirmou, depois da intervenção de vários camaradas, nomeadamente da proferida pelo camarada Carlos Durão, suplente do CC, que falou sobre o IX Congresso:

Mota Pinto e o seu Governo calram finalmente. A queda deste Governo reaccionário, ao serviço de interesses que não os dos trabalhadores e do povo português, constituiu acima de tudo uma grande vitória de todas as forças progressistas portuguesas.

Mota Pinto e o seu Governo tudo fizeram para limitar e, se possível, anular as grandes conquistas de Abril de que a Reforma Agrária foi o seu alvo principal. Dezenas de milhares de hectares foram arrancados ilegalmente aos valerosos trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária por formas violentas e criminosas. Esta política de violência foi uma constante desta equipa do MAP.

Mas Mota Pinto amblionava muito mais. Quando em Abril inventou uma situação pré-insurreccional no Alentejo, o que ele

pretendia era, sem dúvida, criar um estado de excepção que permitisse atacar de forma ainda mais brutal a Reforma Agrária e, se possível, liquidá-la de vez.

A luta firme e decidida e a serenidade dos trabalhadores da Reforma Agrária, apoiados na força e na unidade de todos os trabalhadores e forças progressistas derrotaram esta tentativa de golpe de Mota Pinto e da equipa do MAP.

Contudo, Mota Pinto, apoiado nos partidos de direita, PPD e CDS, tentou de novo o golpe, quando da apresentação do seu pedido de demissão. Ao exigir, para continuar a governar, que a Assembleia da República fosse dissolvida, o sr. Mota Pinto pretendia desferir golpes ainda mais violentos contra a democracia e as liberdades democráticas, contra as conquistas de Abril.

O Governo pediu a demissão antes da votação das moções de censura. O chefe do IV Governo e a sua equipa não quiseram ser derrotados na Assembleia da República. Mas na verdade não era esta a derrota que mais o afligia. O Governo já estava derrota-

do pelos trabalhadores e o povo português nas grandes manifestações de Março, nas comemorações de Abril e, sobretudo, nas grandes jornadas do 1.º de Maio. Estas deveriam ter sido a grande lição para a direita e a reacção.

Os trabalhadores e o povo português têm forças bastantes para derrotar todas as tentativas golpistas e outras que visem liquidar as conquistas de Abril. Assim tem sido até agora desde o 25 de Abril. Assim continuará a ser.

O Congresso e a realidade nacional

Numa sessão realizada na passada sexta-feira, na Venda do Pinheiro, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do Partido e director do «Avante!», referiu-se, por seu lado, ao IX Congresso do PCP como uma grande realização do Partido, que expressou, no plano interno, a maturidade, a unidade política, a coesão ideológica dos comunistas e o seu fortalecimento orgânico; no plano internacional, foi uma demonstração de solidariedade internacionalista; no plano nacional, mostrou a pro-

funda ligação às massas que o PCP mantém, demonstrando ser a vanguarda do movimento popular e democrático e profunda a sua inserção na problemática nacional.

Depois de afirmar que o PCP, virado no seu conjunto para levar à prática as resoluções do Congresso, é o partido da alternativa democrática, Dias Lourenço referiu-se à situação política actual destacando as lutas que os comunistas têm encabeçado para que essa mesma alternativa se concretize.

Como alternativa ao governo actual, exonerado, e a quem agarrar-se ao poder, o PCP propõe um governo de acalmia, não conflituoso, até 1980, ou um governo de gestão que esteja em condições de realizar as eleições intercalares. Dias Lourenço deixou bem vincado que é inaceitável para o povo português que eventuais eleições sejam efectuadas com o governo actual ou de direita.

Apontando como necessário o entendimento entre o PS e o PCP, aquele membro da Comissão Política do CC não deixou de referir como negativas as cedências dos dirigentes do PS à direita, consubstanciadas ultimamente na proposta do

projecto de lei sindical de inspiração gonelhista.

Face aos perigos e às ameaças da direita, que entretanto se encontra dividida e enfraquecida, Dias Lourenço contrapôs a confiança que anima os democratas, cientes da sua força nas várias frentes de luta.

Numerosas questões foram depois colocadas por muitos dos presentes. A lei sindical, os problemas ligados à dependência em relação ao FMI, entre outras questões políticas, mereceram, da parte da assistência, uma atenção marcada. Mas foi em relação aos problemas mais directamente ligados à realidade da própria terra e do trabalho que ocupa os seus habitantes — o trabalho do campo — que surgiram as perguntas. E entre elas avultava a questão do leite, tendo sido sublinhado por alguns pequenos produtores presentes o trabalho quotidiano e sem descanso, cada vez menos remunerado.

Estes e outros aspectos da actividade produtiva dos trabalhadores portugueses, em oposição à política de submissão aos interesses capitalistas e imperialistas foram focados e foram, ainda, objecto da intervenção de Dias Lourenço.

Uma Campanha na ORL: actualizar e aumentar as quotizações dos militantes

Avança a Campanha que, na região da DORL, se propõe dois objectivos muito importantes na vida interna do Partido: a actualização das quotizações de cada militante, o aumento da contribuição mensal de cada comunista para o seu Partido.

Segundo as últimas informações recolhidas, por sectores, os dados são animadores e indicam que a Campanha avança e encontra a compreensão dos camaradas das organizações.

No Comité Local de Lisboa, lançada a Campanha, tem vindo a ser discutida em todas as organizações, havendo a registar já casos significativos.

Algumas organizações do CLL estão essencialmente voltadas para a actualização da quotização. Por exemplo, a célula da BP, escritórios, durante o passado mês de Abril, recuperou mais de 14 mil escudos de quotização atrasada, a célula da CDL recuperou 70 por cento das quotas em atraso, a célula da Petroquímica tem vindo a fazer um esforço de recuperação que se cifra em vários milhares de escudos.

Outras organizações do CLL envidam esforços no sentido do

aumento das quotas: na célula dos Laboratórios da Jaba, todos os militantes decidiram aumentar a sua quota, o mesmo sucedendo nas células do Nutripol e da Sandvyl (Comércio). Na da Petrogal (7.ª Zona) e na de algumas Caxas (Previdência) há como noutras ainda, bons aumentos a registar.

No concelho de Sintra registaram-se resultados muito positivos na actualização da quotização, particularmente em relação a 1978. A reunião de quadros entretanto realizada discutiu com entusiasmo o problema de Fundos.

Vila Franca de Xira iniciou-se uma boa discussão nas organizações. A melhoria geral traduz-se no facto de, nestes primeiros meses da Campanha, a organização ter efectuado entregas à DORL superiores a todo o ano de 1978.

Oeiras: o trabalho de actualização das quotizações está em curso, embora não se conheçam ainda resultados concretos globais. No entanto registaram-se aumentos de 35 por cento das cobranças de Carnaxide, por exemplo, enquanto que, na Cruz Quebrada, é quase total a recuperação da quotização em atraso.

Cascais: mais de 2500 quotizações, de 1978, foram já recuperadas, mas continuam muitas em atraso. Encontra-se programados plenários locais para discussão do problema.

Dinamizar

As últimas semanas, consagradas pela organização sobretudo à preparação e realização do IX Congresso, não foram propícias ao trabalho de fundos que esta Campanha requer. Verifica-se, entretanto, que a organização se encontra virada mais para a recuperação das quotizações em atraso que para o aumento de cada quota, embora as perspectivas, tanto num como noutro campo, se possam considerar boas.

Há ainda a registar e a considerar o facto de que, na distribuição das cartas-aféto para a actualização das quotas, onde ela se tem verificado, os resultados são positivos. Mas também que nem todas as organizações procederam a essa distribuição. Outro factor positivo no desenrolar da Campanha é a existência de Comissões de Fundos; em contrapartida com organizações em que apenas um camarada é responsá-

vel pela tarefa. Este factor indica a necessidade da criação de Comissões, com carácter permanente, onde não as haja.

Há ainda que esclarecer, finalmente, sobre a questão das contribuições ligadas ao subsídio de férias. Ao mesmo tempo que em algumas organizações se regista uma boa compreensão desta forma de contribuir para o Partido, outros há em que, de uma forma mecanicista, foram apresentados abaixo-assinados, cuja recolla foi feita permaturamente, não tendo em conta que o período em que cada militante recebe o subsídio varia consoante a empresa e o tempo em que as suas férias se concretizam. Discutir novamente e proceder a novas iniciativas ou à continuação necessária das primeiras, neste aspecto, torna-se necessário, para que esta Campanha que a DORL lançou tenha o êxito desejado.

A discussão dos problemas ligados com a Campanha, continua. Depois dos plenários realizados em Sintra, Cascais e Oeiras, prevêem-se outros: no próximo dia 14, em Sobral de Monte Agraço; em Loures no dia 23. E também um outro, a realizar em data oportuna, pelo Comité Local de Lisboa.

Agenda

Dia 14, Quinta-feira
Sardoal, às 21.30, sessão de esclarecimento sobre as decisões do IX Congresso. ● Erelira, às 21 horas, sobre o mesmo tema, sessão de esclarecimento.

Dia 15, Sexta-feira
Alcanhões, às 21.30; ● Alatala, às 21.30; ● S. Vicente Paul, às 21.30 — sessões de esclarecimento sobre as decisões do IX Congresso. ● Selxal — início da Festa da Primavera, que se prolongará até domingo. ● Ermidas Sado, no início da Festa da Unidade, sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária e noite de fado.

Dia 16, Sábado
Mação, às 21.30, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Pinhão, do CC. ● Fajarda, às 18 horas, sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária e noite de fado.

Dia 16, Sábado
Mação, às 21.30, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Pinhão, do CC. ● Fajarda, às 18 horas, sessão de esclarecimento com o camarada João Viegas, da DORSA. ● Pernes, às 21.30; ● Póvoa da Isenta, às 21.30; ● Vale da Pinta, às 21 horas — sessões de esclarecimento sobre as decisões do IX Congresso. ● Leiria, às 21.30, no Centro de Trabalho, reunião geral dos militantes do concelho sobre "O IX Congresso e a situação política". ● Linda-a-Velha, à noite, início da Feira do Livro e do Artesanato; cinema e baile. ● Dela-o-Rasto (St. André), às 16.00, sessão de esclarecimento com a camarada Georgette Ferreira do CC.

Dia 17, Domingo
Setil, às 16 horas; ● Vale da Pedra, às 21 horas — sessões de esclarecimento sobre as decisões do IX Congresso. ● Selxal, no encerramento da Festa da Primavera, comício com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. ● Ermidas Sado, a encerrar a Festa da Unidade, Canto Livre e, às 17.30, comício com o camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC. ● Linda-a-Velha, às 17 horas, junto ao mercado, integrado na Feira do Livro e do Artesanato, comício com o camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do Comité Central. ● Glória do Ribatejo, inauguração do Centro de Trabalho, às 10 horas. À tarde, futebol e exibição de ranchos folclóricos. Às 17 horas, comício com o camarada Octávio Pato. ● Palo Pires, às 17.30, comício com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

Dia 19, Terça-feira
Alparça, sessão de esclarecimento sobre as decisões do IX Congresso, às 22 horas.

Camaradas de Castelo Branco

No sábado, dia 23, às 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória uma reunião com camaradas naturais do distrito de Castelo Branco que residam em Lisboa.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO MENDES SERETO — Por acidente de viação, faleceu no passado dia 12 de Maio, o camarada António Mendes Sereto, que era membro da célula do Banco Totta & Açores, do PCP.

fascismo, faleceu no passado mês de Maio o camarada Joaquim Viegas da Conceição, que actualmente se encontra ligado ao Núcleo de Bela Flor, célula de Campolide, do PCP.

JOSÉ AGUSTO CABRAL — Com 90 anos de idade faleceu, no dia 27 do mês passado, em Reguengo do Alviela, Santarém, o camarada José Augusto Carlos, militante do Partido, cujo funeral se realizou em 29 de Maio.

MANUEL FRAGA FERNANDES — Com 57 anos de idade, reformado e há muito doente, faleceu o camarada Manuel Fraga Fernandes, cujo funeral se realizou no passado dia 29 de Maio, para o cemitério de Odivelas.

JOAQUIM VIEGAS DA CONCEIÇÃO — Reformado da Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, com 65 anos de idade, velho militante comunista cuja actividade nas fileiras do Partido data dos tempos do

LÍDIA FILOMENA DINIS-LOPES CARRASCO — Com 31 anos de idade, faleceu a camarada Lídia Carrasco, funcionária da Escola Preparatória Frei Baltasar Limpo — Moura — cujo funeral se realizou em 3 do corrente.

Homenagem a Germano Vidigal

Cerca de uma centena de pessoas — entre comunistas e outros democratas — prestaram homenagem a Germano Vidigal, numa romagem ao cemitério de Montemor-o-Novo, em que participou o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central.

Recordando os 34 anos passados sobre o assassinato de Germano Vidigal, pela antiga PVDE, António Gervásio afirmou: Germano foi assassinado em 9 de Junho de 1945, no posto da GNR desta vila, sob o comando, nessa altura, do tenente Rui Pessoa. Participou neste bárbaro assassinato o criminoso ex-inspector da PIDE, Fernando Gouveia, hoje em liberdade no Portugal de Abril.

Germano foi assassinado ainda jovem, tinha 35 anos. Nasceu em 10 de Agosto de 1910, era natural de Évora. Trabalhava como funileiro em Montemor e era presidente do Sindicato da Construção Civil,

o primeiro sindicalista da nossa terra.

Germano era um militante destacado e prestigiado do PCP, membro do Comité Local de Montemor. Gozava de grande estima e confiança entre os seus camaradas e companheiros de trabalho.

Germano é um herói da classe operária portuguesa, um filho do povo trabalhador da nossa terra. Ele calu na luta por um Portugal novo, sem opressores nem explorados, como calram Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, José Moreira, Alfredo Dinis, Ferreira Marques, Alfredo Caldeira, Catarina Eufémia, Alfredo Lima, José Adelino dos Santos, António Adângelo, Cândido Capilé, António Patuleia e dezenas de outros.

Germano continua vivo nos nossos montes, no nosso Partido, nas fábricas, nas escolas, em todo o local onde se luta e se trabalha pela construção de um Portugal

democrático rumo ao socialismo.

O Partido educa os seus militantes nos princípios da fidelidade à causa dos trabalhadores. Aqueles que perdem a vida na luta pela causa da liberdade não ficam esquecidos no caminho. Eles vivem ao nosso lado através dos séculos. Germano calu mas ergeu a bandeira do seu Partido. Não se vergou aos esbirros do povo. É assim a tempera revolucionária dos comunistas.

A melhor homenagem que podemos prestar a Germano Vidigal é a nossa participação cada dia mais activa na luta em defesa das conquistas de Abril. É não pouparmos esforços para reforçar mais o nosso Partido, como força determinante para a construção de um Portugal democrático e socialista, para que nunca mais o fascismo volte a oprimir a nossa Pátria e a assassinar os seus melhores filhos.

António Gervásio referiu-se



ainda, na homenagem a Germano Vidigal — durante a qual foi observado um minuto de silêncio — a alguns aspectos do IX Congresso, à sua importância, e às tarefas que se colocam aos comunistas.

2.ª Assembleia de Célula da Petrogal — 7.ª Zona do CLL

A 2.ª Assembleia da célula da Petrogal, 7.ª Zona do CLL, reuniu-se no passado Sábado, nas instalações da Sociedade Recreativa «Os Pobreziños», nos Olivais, a fim de analisar e discutir o Relatório de Actividades do respectivo Secretariado e de proceder à eleição do seu órgão dirigente.

Os camaradas debruçaram-se sobre um extenso documento, caracterizando a empresa, e expondo as acções e especificando as questões relativas à vida interna do Partido. Na Introdução ao documento debatido na Assembleia, sublinhou-se a participação dos membros da célula na discussão prévia do relatório, o culminar de um

processo de discussão profunda que tem sido o nosso trabalho ao longo destes dois anos, das causas das nossas dificuldades e deficiências e do apontar de medidas para as superar.

A luta pela nacionalização e reestruturação do sector petrolífero mereceu a atenção da Assembleia, através da análise que é feita no relatório, onde se apontam as dificuldades — deficiências e incorrecções — que o estilo de gestão do Conselho de Gerência têm imprimido. Apesar de tudo — assinala-se — deve salientar-se o facto de a Petrogal apresentar há dois anos consecutivos, resultados de exercício positivos.

Iniciativas variadas são lançadas no activo da batalha que os comunistas da Petrogal travam em defesa das conquistas de Abril, inserida no movimento popular de massas: a solidiedade à Reforma Agrária, o controlo de preço, as vitórias da unidade em volta das Comissões de Trabalhadores e do Movimento Sindical, as acções de massas, o movimento cooperativo, as lutas das mulheres, o recenseamento.

No que toca à actividade interna da célula são apontadas as deficiências registadas no trabalho de direcção e quadros e as vias de obter melhores resultados, enquanto que, no que diz respeito à organização se sublinham

Festas do Partido

Festas do Partido. Festas em que comunistas e outros trabalhadores e democratas celebram as conquistas da revolução de Abril, confraternizam e se divertem na unidade que o esforço da defesa de Abril precisa e requer. Muitas e muitas festas deste tipo, que se tornam tradição e cujo apelo encontra sempre as centenas de camaradas e amigos para nelas participarem.

Festas como as que se têm realizado, agora que o IX Congresso, para o qual o trabalho de muitas semanas foi necessário, encerrou e lançou os comunistas a novas tarefas.

Festas como a de Odemira, a de Santa Iria de Azóia, da Damala, do Torrão. Como a de Aguiar, Viana do Alentejo, pela inauguração de um novo Centro de Trabalho.

Como a que, em Salvaterra de Magos, se realizou no sábado passado, iniciada com uma sessão de esclarecimento pelo camarada Vítor Louro e pelo camarada Carlos Alberto. Este último falou sobre o IX Congresso e Vítor Louro referiu-se à actual situação política, sobre a ofensiva do MAP contra os trabalhadores, sobre as lutas destes na resistência contra um Governo que acabou por fracassar.

Como a que, em Borba, no sábado e domingo, congregou a atenção e a alegria de milhares de pessoas que por lá passaram, visitando as bancas, petiscando nos restaurantes.

Ali actuarão Fernando Tordo, Nuno Gomes dos Santos, os Mineiros de Aljustrel, o grupo folclórico da UCP «Unidade de Trabalhadores», de Campo Maior, o Grupo de Pioneiros de Borba, o conjunto «Os Galés» e outros artistas. Uma ginca de motorizadas e uma exposição sobre a Reforma Agrária foram outros polos de atracção da Festa, que encerrou com um comício em que tomou a palavra o camarada Ruben de Carvalho, suplente do Comité Central e chefe de redacção do «Avante!», que falou sobre o IX Congresso e a actual situação política.

E as que vêm a seguir... Os dias 15, 16 e 17 deste mês também vão ser dias de Festa, em muitos locais.

FESTA DA PRIMAVERA
15, 16 e 17 JUNHO

PAIO PIRES

No Selxal, realiza-se a 2.ª Festa da Primavera! É promovida pela Organização Concelhia do Selxal e tem lugar em Paio Pires, destacando-se do programa dos três dias: Colóquios sobre Autarquias, Cultura e Desporto e Plano Siderúrgico Nacional; espectáculos de variedades; actividades desportivas; venda de produtos de Reforma Agrária; acampamento; exposições políticas de várias organizações do Partido; comício de encerramento, no dia 17, com o camarada Dias Lourenço.

Nos mesmos dias, em Ermidas-Sado, Festa da Unidade. Na sexta-feira, início com uma sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária em que fala o camarada Rogério Brito, às 21.30; às 22.30, noite de fado. Sábado: alorada com foguetes e morteiros; às 9.30, atletismo e ginca de bicicletas; às 15.30, desfiles de grupos corais pelas ruas; 16.30, actuação de grupos corais de Aljustrel, Amadora, Casa do Povo de Alvalade-Sado, e do Rancho Folclórico de São Bartolomeu da Serra; às 22 horas, baile. Domingo: às 10 horas começa o circuito de 50 km em bicicleta; 16.30, Canto Livre; 17.30, Comício com o camarada António Gervásio.

A Feira do Livro e Artesanato, em Linda-a-Velha, junto ao mercado, realiza-se em 16 e 17 do corrente. Começa no dia 16, à noite, com cinema e baile e continua durante todo o dia seguinte, havendo, de manhã, desporto infantil e, à tarde, às 17 horas, um comício em que participa o camarada Ruben de Carvalho. Há ainda venda de livros, artesanato e produtos da Reforma Agrária.

Finalmente, no dia 17, em Glória do Ribatejo, inaugura-se mais um Centro de Trabalho do PCP. Às 10 horas começam as festividades, com a abertura do novo CT; às 15 horas, há futebol de 5; às 16 horas, folclore, com os ranchos dos trabalhadores da Casa do Povo de Glória do Ribatejo e da Casa do Povo de Benavente; às 17 horas, comício com o camarada Octávio Pato; as festas encerram com o Canto Livre, às 18.30 horas.

No Alto da Ajuda o trabalho espera-nos

Invariavelmente, no fim de cada Festa do «Avante!», são inúmeros e unânimes os comentários que referem o grandioso trabalho empreendido pelos comunistas para a concretização da Festa.

«Parece impossível», «não há nada mais bonito», «é uma pequena cidade erguida pelas nossas mãos» — são alguns dos comentários que então se ouvem.

E todos eles correspondem à verdade. Mas principalmente o último. Trata-se, de facto, de uma pequena cidade sempre erguida pelas mãos generosas dos militantes comunistas, ao longo de alguns meses de jornadas voluntárias de trabalho, onde também se aprende a fraternidade, onde igualmente se reafirma a capacidade criadora.

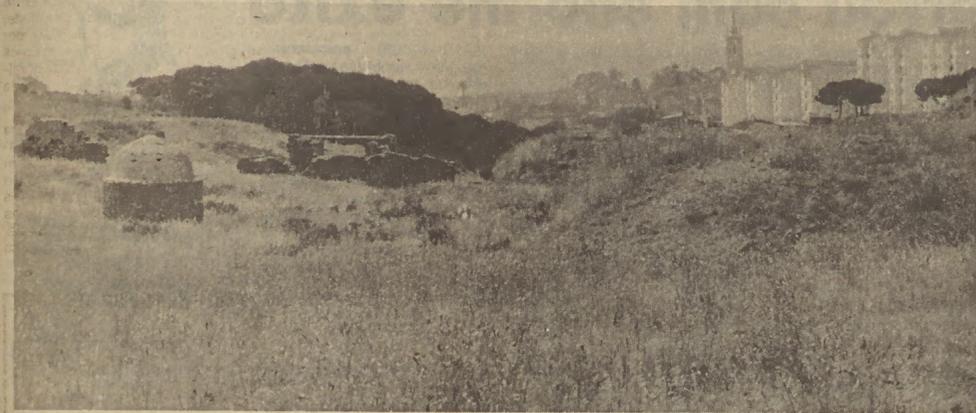
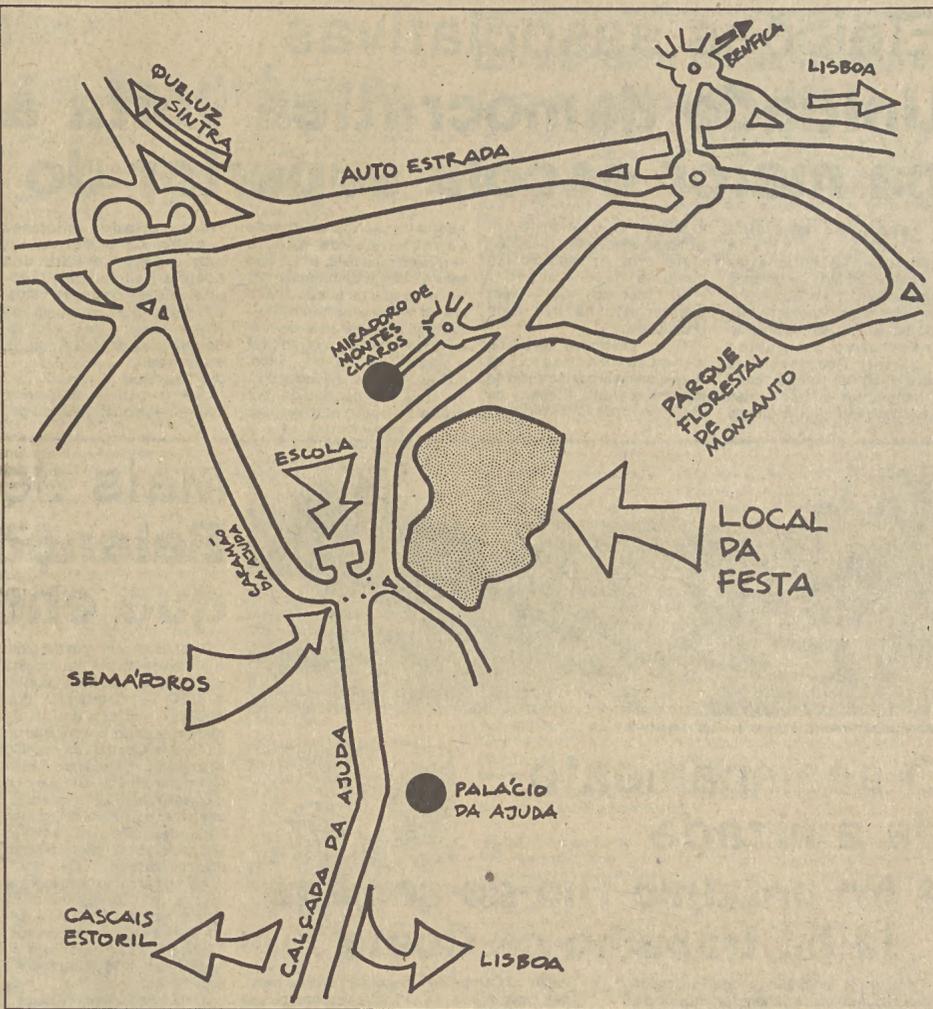
Este ano já começou a ser assim no passado fim-de-semana. E assim vai continuar a ser.

Amanhã, que é feriado, e no próximo fim-de-semana, o Alto da Ajuda espera por nós, os que lá estão querendo também a nossa ajuda bem alta...

Este ano, o trabalho é muito e tudo tem de começar pelo princípio. Mas não há desafio que nos amedronte nem obstáculo que não saibamos vencer. Se o trabalho é muito, há que começá-lo desde já.

Já começou. Mas nestes três dias vamos dar-lhe um grande empurrão. E vamos reviver a fraternidade.

Basta levarmos ferramentas e o farnel. As ferramentas para o empurrão necessário, o farnel também para a fraternidade, tudo para uma grande jornada de convívio e de trabalho. Mãos à obra?



A Festa do «Avante!» já começou

• No Casalinho da Ajuda centenas de camaradas principiaram a limpeza do terreno

Por enquanto, isto é uma pedreira! — a exclamação feita pela camarada Maria do Céu Cavaco, técnica auxiliar do serviço social, que, juntamente com centenas de comunistas, participou no passado fim-de-semana na primeira jornada de trabalho no Casalinho da Ajuda para limpeza do terreno que, em Setembro, irá albergar a Festa do «Avante!».

Ali, na fronteira meridional entre a vegetação da serra de Monsanto e o casario da cidade, vendo-se ao longe uma nesga de Tejo enquadrada pelos pilares da ponte «25 de Abril» e o campanário da igreja da Ajuda, o amplo terreno reservado este ano para a Festa do «Avante!» começa a ganhar uma nova fisionomia.

O mato, já seco, começa a ser cortado, fazendo sobressair a terra nua. Ao longe, as pessoas que ali trabalhavam pareciam minúsculas, entregues a uma tarefa de gigantes — criar as condições para que surjam as construções metálicas, os grandes palcos, os pavilhões, os arruamentos, sem esquecer a iluminação, as instalações sanitárias, o abastecimento de água, em resumo as mil e umas coisas necessárias para que, este ano, a Festa seja ainda melhor do que a anterior, como é convicção de todos.

A medida que saímos da estrada e nos aproximamos do local de trabalho mais se confirma a convicção de que

aquele é um trabalho de gigantes: não tanto pelo mato que urge cortar — isso também foi feito no Jamor, durante dois anos seguidos, e não constitui problema de maior, mas pela constituição do terreno — autêntico pedregal — que levanta mais obstáculos.

As pedras basálticas têm de ser transportadas à mão. Aqui e além vão-se formando grandes montes para, mais tarde remover para outro local de forma a não prejudicar a futura tarefa da implantação da Festa. Nesta primeira fase tudo, ou quase tudo, tem de ser feito manualmente. E as pedras parecem não ter fim. Por isso nos dizia a camarada que citámos de início: Por enquanto, isto parece uma pedreira.

Animo não falta

Enquanto, não longe dali, aproveitando a sombra dos pinheiros, muitas famílias terminavam os seus piqueniques e estendiam-se as mantas para uma tarde de repouso debaixo das árvores, no terreno fronteiro ao Casalinho da Ajuda a azáfama era grande. Uma extensa fila de homens e mulheres, empunhando enxadas, pás, picaretas e forquilhas deixavam atrás de si, a descoberto, o terreno pedregoso que outros se encarregavam de limpar, amontoando as pedras.

Maria do Céu Cavaco era uma das muitas mulheres que na tarde de domingo ali estavam. Incansável, ia apanhando os pedregulhos espalhados pelo terreno, arremessando-os com força para o monte mais próximo.

Isto é uma boa maneira de deixarmos preparado um terreno para daqui a um ano nos darem outro — começou por nos dizer, referindo-se àquela jornada de trabalho, mas certamente a pensar no Jamor e no esforço ali aplicado.

Saudades do Jamor, estás confiante em que a Festa se vai realizar? — quisemos saber.

Quando à primeira pergunta fez questão de salientar que o importante era um local para a Festa se fazer e isso já era um ponto assente. Quanto à segunda, foi peremptória: É evidente! Senão achas que estava aqui?

E acrescentou: «É bom recomençar sempre

para a malta ter a certeza de que é capaz de fazer as coisas, por mais difíceis que elas sejam».

Mais de 500 pessoas

Distribuindo água, fomos encontrar o camarada Romeu, responsável pela organização da primeira jornada de trabalho, que nos revelou terem estado ali a trabalhar, entre sábado e domingo, mais de 500 camaradas.

Isto são números por baixo. Pois há muitos camaradas que vêm ajudar e não passam pelo nosso controlo. No entanto, as ferramentas esgotaram-se.

Foram diversas — acrescentou — as organizações que colaboraram nesta jornada de trabalho. Tivemos cá camaradas de Lisboa, Almada, Sacavém, Vila Franca e mesmo Setúbal. Mas alguns casos, como

o que vamos contar, revelam o interesse que a Festa do «Avante!» desperta entre a população, independentemente de serem ou não militantes comunistas. Um homem dirigiu-se ao local onde distribuíram as ferramentas. Venho para ajudar. Foi-lhe distribuída uma ferramenta e, em seguida, perguntaram-lhe a que a Organização do Partido pertencia. O espanto estampou-se-lhe na cara e após um momento de hesitação: Olhe que não sei. Eu moro em... — e disse o sítio onde habitava. Simpatizo com os comunistas e quero oferecer a minha ajuda. e lá foi juntar-se aos que trabalhavam.

A Festa junto de Lisboa

Tronco nu, boné na cabeça, Manuel Rei, empregado do comércio, de 40 anos de idade,



erguera-se por momentos, arrimado ao cabo da enxada, para descansar. Tinha vindo de Oeiras e transmitiu-nos a sua opinião:

O local é bom para a Festa, mas tem imensas dificuldades, a começar pela preparação do terreno. É quase um trabalho de heróis, passe a expressão. Mas as dificuldades que encontramos aqui são as dificuldades que, a outro nível, todos nós encontramos no trabalho diário, a que os comunistas estão habituados.

A Festa a crescer

Os moradores do bairro de casas novas fronteiro ao terreno onde este ano se realizará a Festa do «Avante!» terão oportunidade de assistir, até Setembro, a um espectáculo que, no Jamor, devido à sua localização, quase passou despercebido: o gigantesco trabalho a desenvolver para os três dias da Festa.

pedras empilhadas em grandes montes.

No dia da Festa — prossegue — estará tudo impecável. O sítio é bonito e vai servir para mobilizar as pessoas. Este ano há-de ser uma Festa diferente, não só quanto ao aspecto de organização, mas também quanto à localização dos pavilhões.

Após referir a experiência que os comunistas já têm neste tipo de iniciativas, acrescentou:

O local é propício. A Festa sal de um buraco (o vale do Jamor) para um alto. E vai ficar junto de Lisboa.

Primeiro a limpeza do terreno, depois os arruamentos a ganhar forma. Começam a surgir as primeiras estruturas metálicas. Valas são abertas para de novo voltarem a ser tapadas. Os grandes estrados dos palcos são fixados. Erguem-se os postos de iluminação. Grandes toldos irão cobrir os pavilhões. Tudo isto numa azáfama crescente, com os carros a chegarem para descarregar coisas e voltarem novamente a partir. O ruído dos martelos, dos altifalantes («um camarada electricista para o pavilhão da Cidade Internacional», «um camarada canalizador para o restaurante do Algarve»), as centenas de pessoas que se movimentam dando os últimos retoques, concluindo o trabalho para a explosão de luz, cor e som que irá surgir na noite do dia 7 de Setembro, sexta-feira, e prolongar-se nos dois dias seguintes, com a presença sempre constante de dezenas de milhares de pessoas vindas de todos os recantos de Portugal. Quem duvida que este ano a Festa do «Avante!» será melhor?



Já compraste a tua EP?

«Já compraste a tua EP?» — é a pergunta que de, agora em diante, todos vamos passar a ouvir, todos e cada um temos o dever de fazer!

A venda da EP é, seguramente, um dos grandes êxitos dos comunistas portugueses que mais decisivamente contribui para erguer bem alto, cada vez mais alto, o prestígio e impacto da Festa do «Avante!».

Por isso, cada vez mais respostas de «já!» vão começar a surgir àquela pergunta. Só que essa resposta vai começar a vir acompanhada de um complemento, este: «... mas conheço dois amigos que ainda não compraram. Dá cá mais duas».

Cento e vinte escudos, tal como no ano passado, custa a nossa EP. Uma EP que, por isso, resistiu ao OGE de Mota Pinto, em que tudo aumenta... Uma EP que os comunistas puseram no «cabaz de compras» da mais fraterna e humana festa que jamais se realizou no nosso País.

Esses cento e vinte escudos transformados em EP dão o direito de entrada

permanente no recinto da Festa, no decorrer dos três dias que vão transformar o Alto da Ajuda, muito mais, estamos certos, do que transformaram, no ano passado, o Vale do Jamor.

Mas esses cento e vinte escudos, se forem transformados em EP já até ao dia 30 de Junho, podem dar direito a muito mais.

O 1.º Grande Sorteio das EPs realiza-se precisamente nesse dia, e a lista de prémios, que publicaremos na próxima semana, é tentadora.

Hoje, podemos já revelar o 1.º prémio: será uma tenda de campismo. O Verão está a começar e as tendas de campismo são para serem utilizadas, de preferência, no Verão! Quem vai deixar para o fim do Verão a tenda que pode ganhar agora?

Uma tenda que — passe a sugestão — pode ser muito útil para quem quiser ir passar as férias e/ou os fins-de-semana a trabalhar no Alto da Ajuda...

Vamos todos vender, vamos todos já comprar a nossa EP!

7, 8 e 9
SET-1979

EP

ENTRADA PERMANENTE DA FESTA DO

Avante!

EP

ENTRADA PERMANENTE

Correspondente ao valor de 120\$00

Dá direito a entrar na FESTA durante os três dias, a assistir aos espectáculos e, ainda, a participar na distribuição de brindes nos dias 1 de Julho, 2 de Setembro e 9 de Setembro.

FESTA DO AVANTE!
7, 8 e 9/SETEMBRO/79

FESTA DO AVANTE! ORGANIZAÇÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Eleições associativas Unidade democrática volta a vencer na maior escola superior do país

Depois de Medicina e Direito, a "cidade universitária" de Lisboa elegeu há dias outra lista de unidade democrática, num dos actos eleitorais mais importantes do ano no âmbito do movimento associativo do Ensino Superior. Aconteceu na Faculdade de Letras, onde a campanha eleitoral (três dias) decorreu num ambiente

muito sereno, bem demonstrativo, aliás, da opção clara que os estudantes daquela escola superior — a maior do País — vêm expressando há três anos consecutivos. Com efeito, a direcção associativa cessante — responsável por um estilo de trabalho coerente e, apesar de algumas deficiências, bem

adaptado às características específicas da escola — apoiou uma lista, a "L", que veio a obter sozinho mais 123 votos do que as outras quatro listas concorrentes. Participando nas eleições sob o lema "Unir, consolidar a Associação no teu curso, a tua voz na Associação", a Lista L — constituída por estudantes progressistas dos

mais variados sectores — obteve 1060 votos, seguindo-se a lista dos sociais-democratas (não-carneiristas) com 594 votos, a lista dos trotskistas com 165 e, por último, a da Juventude Socialista e a do MRPP com 89 votos cada. No Técnico No Instituto Superior Técnico (Lisboa) realizou-se,

entretanto, a segunda volta das eleições. A Lista U, unitária de esquerda, apesar de vencida, alcançou um importante resultado: 1081 votos, contra os 1316 da lista apresentada pelo PPD e, nesta segunda volta, apoiada por toda a direita e extrema-direita.



A eleição de direcções democráticas e representativas da opinião estudiantil para as Associações de Estudantes constitui um passo importante na luta por melhores condições de apoio à população universitária.



Aspecto parcial do acampamento no ano passado

O acampamento da amizade

● No próximo fim-de-semana já há trabalho na Costa

Continua a mobilizar grande entusiasmo a realização do acampamento promovido pela UJC, para a Costa da Caparica, entre 27 de Julho e 15 de Agosto. Tal como aconteceu o ano passado, o local onde irá realizar-se a iniciativa precisa de ser preparado. E é com o objectivo de dar concretização a esta importante tarefa que no próximo fim-de-semana (sábado e domingo) muitos camaradas e amigos lá estarão. Todos não serão de mais. Portanto, aqui fica o apelo dos camaradas que estão a organizar o acampamento: **vamos todos até à Costa**

(junto ao Campo de Futebol da Trafaria) para dar uma ajuda. Quanto mais camaradas e amigos da UJC lá estiverem, mais fácil e rápido será o trabalho.

Entretanto, uma outra tarefa, esta mais ligada ao quotidiano, pode ser desde já desenvolvida pelos jovens comunistas: a divulgação do acampamento e das suas múltiplas iniciativas e jornadas de âmbito cultural, recreativo e desportivo. Vamos transformar o acampamento numa grande jornada de unidade e convívio da juventude!

Mais de mil contos para a UEC Balanço de uma Campanha que encerrou com enorme êxito

Terminou com grande êxito a jornada nacional de recolha de fundos «Vamos apoiar a UEC — Campanha dos 100\$00», iniciada em 18 de Março passado, por decisão da Comissão Central em reunião alargada. Motivos desta Campanha: «urgente necessidade de ultrapassar os entraves que as dificuldades financeiras levantam ao alargamento e intensificação da actividade da UEC».

A Campanha excluiu logo de início a fixação de uma meta rígida, mas pensou-se ser possível atingir os 750 contos. Realizado o último controlo, registou-se 1066 745\$00, total das contribuições (por organização) assim divididas: Secundário Norte-

-73 612\$50; Superior Porto-63 300\$00; Secundário Beiras-34 465\$00; Superior Coimbra-28 839\$50; Secundário Centro-111 120\$00; Secundário Lisboa-209 477\$00; Superior Lisboa-288 800\$00; Secundário Setúbal-142 011\$00; Secundário Sul-112 420\$00; e diversos-2 700\$00.

Para apuramento da classificação por equipas a Comissão Coordenadora Central da Campanha teve em conta o total do dinheiro recebido por cada sector (organização), o número de militantes aí existentes à data do último balanço e as taxas de correcção decididas para as

organizações do Ensino Superior.

Uma das ideias fundamentais da Campanha foi o da emulação. O próprio símbolo da iniciativa — um ciclista — acentuou esse carácter de competição — entre militantes e organizações. Por cada 100\$00 que cada camarada recolheu foi-lhe entregue um autocolante com a inscrição: «eu já cortei a meta dos 100\$00». Com o mesmo objectivo, foi instituído um sistema de classificações — individuais e colectivas — baseado na atribuição de camisolas.

A Campanha decorreu em torno dos seguintes materiais (fundamentais): um cartaz oficial; listas de recolha de fundos correspondentes a 100\$00 e organizada em cupões destacáveis de 20\$00 (2), 10\$00 (2) e 5\$00 (8) (as listas foram numeradas para melhor se poder exercer um controlo rigoroso), e autocolante, entregue a todo o camarada e amigo que tenha recolhido cem escudos para a Campanha; e boletim, editado quinzenalmente, contendo dados referentes à evolução da iniciativa, experiências e perspectivas.

Durante a Campanha — que teve aberta uma conta no Banco Português do Atlântico

(521/5497906) — efectuaram-se quatro controlos nacionais, um dos quais em Abril e os outros três em Maio passado. No primeiro registou-se 115 700\$00. No segundo, 561 600\$00. No terceiro, 735 688\$50. E no último, 1066 745\$00. O camarada José Marques, estudante do ISEL, foi o «camisola-amarela» no 1.º, no 2.º controlo e no último controlo. No 3.º vestiu de amarelo o camarada Paulo Canto e Castro, também estudante do Ensino Superior de Lisboa.

vamos apoiar a UEC



campanha dos 100\$00

CLASSIFICAÇÃO GERAL POR EQUIPAS

1.º Sec. Sul («camisola vermelha»)	229,5 pontos
2.º Sec. Setúbal	221,5 pontos
3.º Sup. Lisboa	220 pontos
4.º Sec. Centro	141,7 pontos
5.º Sec. Lisboa	104,7 pontos
6.º Sup. Porto	84,4 pontos
7.º Sec. Norte	81,3 pontos
8.º Sup. Coimbra	55,5 pontos
9.º Sec. Beiras	51 pontos

CLASSIFICAÇÃO GERAL INDIVIDUAL

1.º José Marques, Sup. Lisboa («camisola amarela»)... 208 pontos; 2.º Girão, Sec. Setúbal («camisola verde»).... 186; 3.º Paulo C. e Castro, Sup. Lisboa («camisola azul»).... 134.

A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA

1.º controlo nacional (Abril)	115 700\$00
2.º controlo nacional (Maio)	561 600\$00
3.º controlo nacional (Maio)	735 688\$50
4.º controlo nacional (Maio)	1066 745\$00

Nota da Comissão Central

«Este êxito fica-se a dever, em primeiro lugar, ao esforço, à imaginação, ao trabalho devotado e paciente de milhares de militantes da UEC» — sublinha uma nota divulgada recentemente pela SIP da Comissão Central. Mais adiante, pode ler-se: «Mas é claramente indissociável, em segundo lugar, da crescente influência da UEC entre amplos sectores da juventude estudantil. Só uma organização ligada, às

massas, gozando de um amplo prestígio entre os estudantes, está em condições de, num prazo tão curto, recolher um tão elevado quantitativo de dinheiro, fruto de milhares de pequenas contribuições».

Agora que a Campanha terminou, «a UEC manifesta a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o seu êxito, a expressão do seu apreço».

FICHA DE INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

Nome: _____ Idade: _____

Morada: _____ Tel. _____

DIAS DE PRESENÇA

27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
----	----	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Os interessados devem, no mais curto espaço de tempo, preencher uma ficha como esta e entregá-la nos CTs do Partido ou nas sedes da Juventude Comunista



A primeira jornada de limpeza, a realizar no sábado e no domingo, será também uma jornada de convívio. A propósito, o «Avante!» deixa um conselho aos camaradas e amigos que lá forem: levem os fatos de banho...



Estes são alguns jovens camaradas que no ano passado participaram nos trabalhos de implantação do acampamento. Este ano voltarão, não é verdade? Eles e muitos mais. A primeira jornada de limpeza é já no fim-de-semana de 16 e 17 deste mês. O «Avante!» e os camaradas da UJC que forem lá têm encontro marcado. Está certo?

edições de Avante!

LEONID BREJNEV

Preço: 50\$00 Preço: 70\$00 Preço: 80\$00

Em TERRA PEQUENA, Leonid Brejnev, como soldado que combateu pela liberdade, fala-nos de uma batalha da 2.ª guerra mundial. Em RENASCIMENTO recorda a reconstrução de gigantescas unidades industriais, destruídas pelos invasores nazis. Em TERRAS VIRGENS descreve a grandiosa tarefa que o povo soviético, a partir dos anos 50, realizou ao transformar «as terras virgens» do Cascaquistão num novo celeiro do país.

CDL a distribuição

José Marques: Uma média de 3 metas por dia!

O «camisola amarela» da Campanha — o camarada que mais vezes cortou a meta dos 100\$00 — chama-se José Marques, tem 26 anos, é trabalhador-estudante e frequenta o 2.º ano do Instituto de Engenharia de Lisboa (ISEL).

Foram muito diversos os locais onde vendi as senhas de fundos: o meu emprego, na escola, na minha terra, nos Centros de Trabalho e nas sedes da Juventude Comunista, além de ter recorrido aos amigos e às pessoas conhecidas. Em relação à Campanha, penso em primeiro lugar que ela devia ter reunido mais apoio e participação, sendo, contudo, de salientar o facto de nos

últimos dias ter sido uma iniciativa muito concorrida, mobilizando um vasto apoio de camaradas e amigos da UEC. A propósito, queria referir a importância dos comunicados, folhetos e outros materiais de informação e propaganda. Foram eles que, em grande parte, contribuíram para o esclarecimento dos objectivos e evolução da Campanha. «Embora tenha começado a participar na angariação de fundos no

dia 21 de Maio (a Campanha iniciou-se poucos dias antes) estive sempre a par da sua evolução através daquelas informações e também pelo noticiário que o «Avante!» publicou, em particular após a realização dos controlos nacionais. Durante os 70 dias da Campanha, o «camisola amarela» cortou por dia uma média de três metas! Já depois da Campanha — que decorreu entre 18 de Março e 31 de Maio, sob

o lema «Vamos apoiar a UEC» — o camarada José Marques, militante da UEC desde Janeiro de 1978, entregou à Comissão Coordenadora Central o quantitativo correspondente a mais quatro metas. Este é, em resumo, o exemplo do camarada José Marques. Um exemplo significativo do poder de iniciativa, do esforço abnegado e da capacidade de imaginação dos militantes comunistas.

Delegação da UJC e UEC na União Soviética

No quadro das suas tradicionais relações de amizade internacionalista, cooperação e solidariedade, encontra-se na URSS, a convite do Komsomol Leninista, uma delegação da UJC e da UEC, constituída por camaradas dos órgãos de Imprensa daquelas duas organizações da juventude comunista portuguesa, respectivamente João Chasqueira, membro da Comissão Central da UJC e responsável pelo «Juventude»; João Carrega, do colectivo daquele jornal; e Luís Calhau e Pedro Rosado, do corpo redactorial da revista estudiantil «Linha Geral».

com organizações do Komsomol, «no sentido da troca de experiências no campo do jornalismo juvenil», como assinala uma nota enviada aos órgãos de Comunicação Social, onde ainda se salienta que esta visita «contribuirá para o reforço dos laços de amizade existentes entre a UJC/UEC e o Komsomol Leninista». O regresso da delegação portuguesa está previsto para o fim desta semana. Operários agrícolas em Espanha Para uma visita de seis dias, a convite da UJCE, deslocou-se a Espanha uma delegação da UJC constituída por jovens operários agrícolas. São eles: Manuel Godinho, membro da Comissão Central e do Executivo Regional do Alentejo; António José,

presidente de uma cooperativa agrícola da região de Évora; e Francisco Lopes, da Comissão Distrital de Beja. No decorrer da sua permanência no país vizinho, os jovens portugueses tiveram oportunidade de visitar várias zonas, principalmente agrícolas, e realizaram também encontros com a direcção e organizações locais da UJCE. «Esta visita» — diz uma nota divulgada pela Comissão de Imprensa da UJC — «integra-se no quadro das relações amistosas entre as duas organizações e tem como fim a troca de experiências no que respeita ao trabalho entre a juventude agrícola, e reforçará ainda mais os laços de cooperação e amizade existentes entre as organizações da Juventude Comunista dos dois países».



«Hum! Itália... Festa do «Unitá»... Só 10 000\$00?! Onde são as inscrições?»

Uma viagem para ir à Festa do «Unitá» ... e não só

Visitar a Itália durante uma semana e participar na Festa do «Unitá», órgão central do PCI — este o convite da UJC e da UEC feito a todos os jovens interessados. Na nossa última edição já referimos em pormenor as condições de inscrição. No entanto, devido ao grande entusiasmo que esta iniciativa está a despertar, parece-nos útil voltar a dar as indicações essenciais. Assim, de acordo com o que nos informaram os camaradas que estão a organizar a excursão, a inscrição será considerada definitiva com a entrega do sinal de 2500\$00. O restante pagamento será efectuado de uma só vez ou

em duas prestações: 5000\$00 até 5 de Agosto; 2500\$00 até 20 de Agosto. Haverá uma lista de espera para inscrições não definitivas ou para meras manifestações de interesse. Para inscrições, pagamentos e informações os camaradas e amigos devem dirigir-se à sede central da Juventude Comunista (Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000-Lisboa — Telefone: 55 73 49 e 55 73 64). A partida será entre 5 e 7 do próximo mês de Setembro, em avião «charter». Viagem de ida e volta, viagens em Itália, alimentação e estadia — tudo por 10 000\$00. E de aproveitar...

Convívio juvenil a 1500m. de altitude

«Pelo direito aos tempos livres» é o lema da «1.ª Aldeia da Juventude», iniciativa dos jovens trabalhadores dos Sindicatos dos Lanifícios de Gouveia, que se realiza de amanhã até ao próximo dia 14, em Vale de Russim (entre Manteigas e Gouveia), quase junto à Torre (Serra da Estrela). A «1.ª Aldeia da Juventude»

inclui um variado programa de carácter desportivo, cultural e de convívio. Acampamento em Sela Entretanto, de 4 a 19 de Agosto, os Departamentos de Juventude das organizações sindicais de Viseu, Castelo Branco e Guarda promovem no concheiro de Seia um grande acampamento

Juvenil aberto à participação de todos os jovens trabalhadores daqueles três distritos. Está em estudo um programa de animação cultural, desportiva e recreativa para as duas semanas do acampamento. O seu local exacto é: Senhora do Desterro, Barra de S. Romão (mil metros de altitude).

Semana

6 Quarta-feira

1944 - Dia "D" - desembarque das tropas anglo-americanas na Normandia, abre-se a segunda frente na Europa.



Em comunicado, o Partido Comunista Italiano insiste na necessidade de se formar um governo de unidade democrática com a inclusão de democratas-cristãos, comunistas e socialistas. Continua a ofensiva sandinista contra a ditadura de Somoza, na Nicarágua, havendo já tiroeteio em Manágua, a capital. O governo iraníen acede finalmente a negociar um acordo com o dirigente espiritual dos nacionalistas árabes do Iraque, para solucionar o conflito entre as comunidades árabe e persa da província do Kuzestão, a principal região petrolífera do país situada junto à fronteira sudoeste com o Iraque. Seis mil motoristas de autocarros da cidade nordestina brasileira de Fortaleza (capital do Estado do Ceará) entram no 3.º dia de greve, desencadeada para a obtenção de melhorias salariais e administrativas, enquanto professores de Salvador, Recife e da rede escolar oficial do Estado de Minas Gerais prosseguem também as suas paralisações por aumentos salariais. O presidente Sadat, do Egipto, anuncia a conclusão de um acordo sobre o fornecimento de armamento de um acordo sobre o seu país vai pedir aos EUA a concessão de licenças para o fabrico interno de armas sofisticadas. No Gana, é constituído um Conselho Revolucionário das Forças Armadas presidido pelo capitão Jimmy Rawlings e constituído por um soldado raso, dois cabos, um sargento, um furriel e outros militares subalternos, entretanto, a rádio nacional anunciava importante remodelação nas FFAA, com a nomeação de novos chefes do EM dos três ramos das FFAA.

7 Quinta-feira

1933 - É assinado o "Pacto dos Quatro" entre a Alemanha nazi, a Itália fascista, a Grã-Bretanha e a França.

É assassinado o major do Exército espanhol Andres Varela, em Tolosa, cidade industrial do norte do país. A Grã-Bretanha, a Irlanda, a Holanda e a Dinamarca vão às urnas para escolherem os seus representantes para o Parlamento Europeu; no próximo domingo votarão os eleitores dos restantes países da CEE. Os governantes do Egipto e de Israel resolvem passar a reunir-se duas vezes por mês com representantes americanos, numa tentativa para solucionar as profundas divergências que separam os dois países sobre uma forma de "autonomia" palestina, recusada pela Palestina. O primeiro-ministro sionista Menahem Begin afirma que o seu país impetrará pela força o estabelecimento de um Estado palestino na margem ocidental do Jordão e na faixa de Gaza. O ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, ordena a instauração do estado de sítio em todo o país, numa tentativa desesperada para deter a poderosa ofensiva dos guerrilheiros sandinistas e anular o efeito da greve nacional em vigor desde há três dias. A Conferência de Colombo dos ministros dos NE dos países Não-Alinhados é adiada para data a determinar, devido a divergências sobre os problemas do Egipto e do Camboja. Terminado o escrutínio oficial das recentes eleições equatorianas, o Supremo Tribunal Eleitoral proclama para os cargos de presidente e vice-presidente do Equador, respectivamente, Jaime Roldos e Osvaldo Hurtado, pertencentes a uma aliança estabelecida entre a "Concentração de Forças Populares" e a "União Democrata-Cristã".

8 Sexta-feira

1923 - Golpe fascista na Bulgária.



A rádio nacional iraniana informa que o primeiro-ministro Mehdi Bazargan nacionalizou todos os bancos do país, segundo decisão tomada pelo Conselho Revolucionário, órgão supremo do país. Aviões de guerra e artilharia israelitas voltam a bombardear o sul do Líbano, pondo termo ao frágil cessar-fogo acordado há dez dias na região. Círculos governamentais de Washington informam que o presidente Carter aprovou o aperfeiçoamento de um novo míssil nuclear que seria um alvo móvel mais difícil para os "misséis inimigos". O governo ucraniano, seis semanas volvidas sobre a tomada do poder que se seguiu ao derrube do regime de Idi Amin, anuncia uma importante remodelação governamental, com o empossamento pelo presidente Yusufu Lule de quatro novos ministros, em substituição de outros tantos, nomeados para outros cargos. O presidente Carter, dos EUA, afirma à imprensa que manterá as sanções económicas contra a Rodésia porque as recentes eleições não foram isentas nem livres. A polícia espanhola anuncia a prisão de mais de três centenas de pessoas no País Basco à apreensão de numerosas armas e munições. O novo governo militar do Gana anuncia que as eleições gerais se realizariam em 18 de Junho, como estava previsto, mas que a entrega do poder aos civis seria atrasada pelo menos três meses.

9 Sábado

1870 - Morre o escritor inglês Charles Dickens.

O ministro costa-riquenho do Interior, Juan J. Echeverría Brealey, anuncia que soldados do Exército nicaraguense violaram ontem o território da Costa Rica. Os presidentes ugandês e tanzaniano reiniciam conversações que se deverão centrar na retirada das tropas tanzanianas e nas implicações das alterações governamentais ontem verificadas no Uganda. A nave espacial soviética "Soyuz-34", não tripulada, acopla à estação espacial "Salut-6", a bordo da qual se mantêm dois cosmonautas há mais de 100 dias, levando-lhes materiais, equipamento, mantimentos e correio.

10 Domingo

1940 - A Itália fascista entra na guerra ao lado da Alemanha nazi.



O papa João Paulo II regressa a Roma, no final da sua visita de dez dias à Polónia. Em Colombo termina uma sessão de 25 nações do movimento não-alinhado, reunidas para preparar a próxima cimeira do movimento a realizar em Havana, em Setembro, tomando o movimento a realizar em uma política dos EUA para o Médio Oriente é fortemente criticada. Na RFA, Bélgica, França, Luxemburgo e Itália os eleitores vão às urnas para elegerem os seus representantes ao Parlamento Europeu. Termina a Cimeira de Luanda, onde estiveram os chefes de Estado de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, para estudar formas de desenvolvimento da cooperação entre os seus países. Vinte colunas de guerrilheiros sandinistas avançam para a capital da Nicarágua, Manágua, enquanto se verificam combates dentro da cidade. O jornal soviético "Pravda" classifica de injustificada e perigosa a decisão do presidente Carter em aprovar a instalação do míssil móvel MX. O diário "Kayhan", de Teerão, revela que 10 soldados iranianos perderam a vida num incidente militar junto à fronteira com o Iraque.

11 Segunda-feira

1943 - Hitler ordena a liquidação total dos judeus.

Representantes do Egipto, Israel e EUA encontram-se para planejar as suas negociações sobre "autonomia palestina" em territórios ocupados pelos sionistas. Os resultados oficiais definitivos das eleições legislativas no Luxemburgo dão a vitória ao Partido Cristão-Social (24 dos 59 lugares), ficando os socialistas em segundo lugar.

«Unidos venceremos» palavra de ordem na Nicarágua

A Nicarágua levanta-se contra o poder da ditadura de Somoza. 20 colunas de guerrilheiros sandinistas dirigem-se para Manágua, a capital, enquanto se registam combates dentro da cidade. Masaya, Leon, Chichigalpa, San Antonio, Granada, Jinotepe, Diriamba, Matagalpa, Riva, são cidades que marcam o itinerário do movimento libertador, dos choques entre as forças sandinistas e as populações do lado, e a Guarda Nacional de Somoza, do outro. A greve convocada pela Frente Sandinista e apoiada pelas organizações progressistas da Nicarágua, é cumprida a cerca de 90%, paralisando a actividade em todo o país. Apesar das ameaças e das medidas repressivas tomadas por Somoza, mesmo na capital, os serviços, a indústria e o comércio estão paralisados.

A nova grande ofensiva guerrilheira à escala nacional, teve o seu prelúdio num domingo, 20 de Maio, quando da emboscada a um camião militar em Leon — cidade mártir, vítima da política genocida de Somoza — de que resultou a morte de 20 guardas.

Neste momento, como destaca a comissão exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional, num apelo dirigido aos povos do mundo, «o vitorioso desenvolvimento da acção das nossas colunas guerrilheiras no norte, sul,

oriente e ocidente do país, constituem um duro golpe para a assassina e prepotente guarda somozista e vem incidir positivamente na agudização da situação revolucionária que deverá desembocar, quando se generalize e intensifique a guerra revolucionária sandinista numa insurreição popular que derrube e acabe para sempre com a feroz ditadura somozista, que há quase 50 anos mergulhou o nosso país na miséria, a corrupção e o crime».

Nesta batalha extremamente dura, o regime de Somoza desenvolve uma intensa actividade não só, naturalmente, para se defender, mas também para apresentar um balanço que lhe seja favorável e tentar apresentar o movimento revolucionário, não como o de uma acção corajosa e decidida do povo da Nicarágua, mas como ingerência externa. Os métodos da reacção não variam muito...

Entretanto, enquanto Somoza afirma estar esmagada a ofensiva contra o seu regime, sucedem-se as fugas, para o estrangeiro, dos que estão demasiado comprometidos com o regime e temem as consequências, enquanto o governo apela aos militares na reserva para que regressem ao activo, afirmando que «a pátria está em perigo». Foi declarado o estado de sítio por 90 dias.

A polícia faz buscas, casa por casa.

A violência da repressão desdobra-se em múltiplas formas. O regime de Somoza recorre, simultaneamente, ao assassinato em massa da população civil, ao bombardeamento das cidades, à contaminação da água potável, à repressão anti-sindical, à expulsão dos camponeses das terras, ao extermínio da juventude. Na batalha actualmente em curso, as armas da Guarda Civil contra as massas populares da Nicarágua são os tanques e os aviões. O que atesta do profundo isolamento do regime, do seu medo do povo, mas também do carácter de genocídio que a repressão somozista assume. Num outro plano, a luta contra os trabalhadores concretizou-se também recentemente na ocupação da sede da Confederação dos Trabalhadores da Nicarágua e na prisão dos seus dirigentes.

O que se passa na Nicarágua não se circunscreve às fronteiras nacionais, nem nas suas raízes nem nas suas consequências. Como denuncia o jornal mexicano «El Día», as armas com que a Guarda de Somoza chacina a população das cidades da Nicarágua são fornecidas pelos Estados Unidos, por Israel, pelo Brasil. Oficiais e pessoal do Exército da Nicarágua são preparados e treinados nos EUA.



Guerrilheiros e trabalhadores organizados — uma frente unida contra o regime de Somoza



Breves notícias

● Eleições para o Parlamento Europeu — Pela primeira vez a «Europa dos Nove» elegeu por sufrágio universal um «Parlamento Europeu», numa eleição transnacional que decorreu em duas fases — a primeira no passado dia sete, em que votaram os cidadãos da Dinamarca, Grã-Bretanha, Holanda e Irlanda, e a segunda três dias depois, tendo então votado os eleitores da República Federal da Alemanha, França, Bélgica, Itália e Luxemburgo.

Este novo Parlamento, de 410 lugares, será principalmente um órgão consultivo, com poderes oficiais limitados, e vem substituir a antiga Assembleia de 198 membros indicados pelos governos dos países da CEE. O primeiro acto eleitoral caracterizou-se por uma frágil participação, que excede as já pessimistas previsões que se faziam. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a afluência às urnas foi inferior a um quarto do corpo eleitoral, enquanto na Holanda a imprensa manifestava desapontamento pela aparente falta de interesse dos eleitores da CEE pela chamada «causa

da unidade europeia» (neste país a participação do eleitorado rondou os 50%, enquanto na Dinamarca foi inferior a metade dos cidadãos com direito a voto, o mesmo sucedendo na Irlanda).

«Melhor um pouco» foi a segunda parte destas «euroeleições», em que a afluência às urnas animou ligeiramente, havendo, no entanto, alguns circunstancialismos a contribuir para isso, como o facto de, na Bélgica, o voto ser obrigatório, de no Luxemburgo e na França «euroeleições» coincidirem com eleições gerais e, em França, o presidente D'Estaing (decerato esperando retirar benefícios internos para reforçar a sua política económica, claramente impopular), ter mobilizado o aparelho de Estado para a propaganda destas eleições.

● Cimeira em Luanda — Terminou no passado dia 10, em Luanda, uma Cimeira que reuniu os presidentes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, que se reuniram para estudar, em conjunto, meios de

dinamizar a cooperação entre os seus países. No final foi lido um comunicado de imprensa pelo ministro angolano da Justiça, Diogenes Boavida, onde se sublinhava a vontade dos cinco países de intensificarem a cooperação multilateral com o desejo de agir concertadamente para pôr em prática uma estratégia conducente à libertação e desenvolvimento económico e social dos cinco países, enquanto era manifestada a vontade de alargar a cooperação a todos os outros Estados igualmente interessados nos objectivos anti-imperialistas desta acção.

O mesmo comunicado indicava igualmente que se voltará a reunir uma nova Cimeira em Moçambique, com o objectivo de fixar as linhas concretas de acção para promover a cooperação desejada, Cimeira cuja preparação será feita por uma comissão ministerial comum, cabendo a Angola a função coordenadora.

● A Conferência da UNCTAD — Após 28 dias de intensos debates terminou em Manila, capital das Filipinas, a Conferência das Nações

Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Nela houve oportunidade de denunciar as medidas proteccionistas dos países capitalistas para os países em vias de desenvolvimento, onde os investimentos financeiros imperialistas são a causa principal da sua dependência económica e das numerosas dificuldades com que se debatem. Zdenek Gregor, representante da Federação Sindical Mundial, que conta com 190 milhões de membros, denunciaria os intensos esforços das forças imperialistas para manter as suas fortes posições no comércio mundial e preservar a estrutura desigual nas relações económicas, acrescentando que apenas as relações internacionais baseadas na plena igualdade de direitos e respeitadoras da soberania dos Estados poderão conduzir às necessárias e radicais mudanças nas relações económicas internacionais, apontando como exemplo a prática do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) dos países socialistas, onde se desconhece a discriminação

de produtos dos países em vias de desenvolvimento e, antes pelo contrário, se importa cada vez mais, destes países, produtos semi-acabados e acabados: além disso o CAME não pratica, como o imperialismo, o «comércio dos cérebros», subtraindo especialistas de países em desenvolvimento através do aliciamento, privando esses países de técnicos indispensáveis para o seu próprio desenvolvimento.

● Golpe de Estado no Gana — Um grupo de militares chefiado pelo tenente da Força Aérea, Jerry Rawlings, derrubou na passada semana o Conselho Militar Supremo que governava o Gana desde 1972. Este golpe militar foi levado a cabo por jovens oficiais do Exército, no quadro de uma grave crise económica e de abastecimentos. Os oficiais rebeldes constituíram um Conselho Revolucionário das Forças Armadas, presidido por Rawlings, de 28 anos e já anteriormente preso por tentativa de sublevação. Rawlings, na sua primeira declaração ao país, sublinhou que se mantém as datas

marcadas para eleições parlamentares e presidenciais no Gana, na próxima semana, embora um governo civil apenas deva ser formado dentro de três meses.

● «Não Alinhados» criticam política dos EUA no M. Oriente — Representantes de 25 nações do Movimento Não Alinhado, integrando o Gabinete de Coordenação do movimento numa sessão em Colombo para a preparação da Cimeira dos Países não-Alinhados a realizar em Setembro, em Havana, condenaram, numa declaração, a política dos EUA para o Médio Oriente, acusando-a de desempenhar um papel importante no agravamento da situação nesta zona. Referindo as tentativas dos EUA para liquidarem a questão palestina, a declaração sublinhava que soluções selectivas e parciais não levariam a um acordo justo, pelo que se apelava para a resistência contra elas, ao mesmo tempo que se reconhecia à OLP o direito de rejeitar todos os projectos de soluções que negassem os direitos naturais do povo palestino.

Eleições antecipadas na Itália. Que futuro?

Realizaram-se na Itália as eleições antecipadas. Uma conclusão unânime ressalta desde já: as eleições não vieram resolver nenhum dos problemas políticos — que se pode bem apelidar de crónicos — com que se debate a Itália. Não unicamente porque os resultados eleitorais, com pequenas oscilações — que passam por ligeiras descidas nos votos da Democracia-Cristã e dos comunistas — se tenham mantido praticamente inalterados, mas porque a premissa indispensável para a solução de tais problemas, e que no fundo se resume ao respeito do voto popular, continua bem arredada das intenções da Democracia-Cristã, empenhada, em nome dos interesses do capital e do imperialismo norte-americano, em manter os comunistas afastados do Poder.

Porquê estas eleições antecipadas? Em 1978, pela primeira vez, o PCI participou numa maioria parlamentar, com base num programa que visava dar resposta a problemas fundamentais, como o desemprego em massa, em particular entre a juventude, o atraso do Sul, o terrorismo. Mas quando se passou à concretização de tal programa, as forças mais conservadoras opuseram-se das mais diversas formas a todas as medidas que pudessem afectar os privilégios do capital. Em face da situação criada, o Partido Comunista Italiano colocou a alternativa da sua participação no governo ou a sua passagem a oposição, o que implicava a queda do governo por falta de apoio parlamentar. Foi esta segunda hipótese que se veio a concretizar, devido à recusa obstinada da Democracia-Cristã e dos sociais democratas de aceitarem os comunistas no Poder.

Realizadas as eleições — a terceira vez em sete anos — o quadro eleitoral mantém-se, nas suas linhas gerais. Comunistas e Democratas-Cristãos detêm quase 70% dos votos do eleitorado: a democracia-cristã 38,3% e o PCI 30,4%. Estes resultados apontariam, mesmo só pelo estrito respeito do voto popular, para a concretização da proposta comunista: um governo democrático que incluíria democratas-cristãos, comunistas e socialistas como um passo indispensável para a solução dos múltiplos problemas do país, o que é também confirmado pela incapacidade manifesta de os resolver por parte dos sucessivos governos democratas-cristãos. Como afirma o PCI num seu recente comunicado, «os comunistas estão mais convencidos do que nunca de que, a fim de se resolver a crise política italiana, é necessário formar um governo de unidade democrática em que participem os dois partidos do movimento proletário».

Segundo as normas constitucionais, o actual governo de Giulio Andreotti, assente numa coligação da Democracia-Cristã, Partido Republicano e Partido Social-Democrata, deverá dissolver-se no dia 20 de Junho, quando se reunir o novo Parlamento. Que perspectivas à vista, já que não se pode falar de soluções? Invocando não só as reais divergências ideológicas mas também as «incompreensões» a nível internacional e a reacção da extrema-direita, Andreotti recusa uma vez mais a participação dos comunistas no Poder. Entretanto, o PCI adverte que, no caso de dificuldades — que já se esboçam, muito concretas — na formação de novo governo, se voltaria à dissolução do Parlamento.

Em conclusão: mantêm-se intocados todos os problemas, e a crise continua em aberto, sem que nenhuma forma de superação se esboce no horizonte.

Porquê esta recusa obstinada, este fechar de portas à única solução eficaz? Não defrontamos propriamente um mistério. Nunca o capital cedeu ou cederá de bom grado as suas posições políticas e económicas, os privilégios que lhe permitem explorar os países onde domina. E como é evidente, a Itália não é uma excepção. Aliás, também não só na Itália, ainda que este país constitua um exemplo flagrante, se manifesta o claro desrespeito pelo próprio jogo democrático burguês, quando os seus resultados não se coadunam com os interesses do capital no Poder.

Acresce, entretanto, que a Itália surge hoje como um ponto particularmente sensível dentro do quadro dos interesses do imperialismo. Segundo a revista norte-americana «Christian Science Monitor», os interesses norte-americanos sentem-se mais directamente ameaçados nas regiões próximas do Mediterrâneo (Médio Oriente, Irão, África, Oceano Índico) e, por isso, a Itália assume, para a defesa desses interesses, um papel ainda mais importante do que no passado.

Assim, a Itália surge não só como um claro exemplo da incapacidade do sistema capitalista para resolver os problemas políticos e socioeconómicos de um país, do profundo desrespeito pelas regras democráticas que diz respeito, mas também como um exemplo de descarada ingerência do imperialismo nos problemas dos outros povos, entrando em confronto com a sua expressa vontade.

Agudiza-se a luta no Sudoeste Africano

Assiste-se actualmente a uma clara agudização da situação na Namíbia, que se manifesta, simultaneamente, pela intensificação da luta popular encabezada pela SWAPO, contra a dominação do seu território pela África do Sul, luta que conta com o apoio internacional de todas as forças progressistas e de organismos internacionais como a ONU; pelos conflitos, ainda que superficiais, entre as forças interessadas em manter uma situação neocolonial na zona e o governo da RSA e os das principais potências capitalistas; pelos seus reflexos no exacerbamento de questões internas na estrutura do poder na RSA, o que atesta o recente escândalo e a consequente demissão de Vorster.

O presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano, SWAPO, afirmou que se «intensificará a luta armada para a libertação da Namíbia», acrescentando que, como os factos o comprovam, o povo da Namíbia, «sob a direcção da SWAPO, não tem outra alternativa que não seja enfrentar o inimigo e intensificar a luta armada». Luta para a qual conta com o auxílio material, nomeadamente em armamento, dos países socialistas e dos países africanos progressistas.

Simultaneamente, por uma esmagadora maioria, a Assembleia Geral das Nações Unidas recomendou a aplicação de sanções contra a África do Sul. A Assembleia reconhece uma vez mais a SWAPO como único e legítimo representante do povo da Namíbia, apela todas as suas formas de luta, inclusive a armada, apela a um multifacetado auxílio internacional à SWAPO. Entretanto, e enquanto a posição assumida pela África do Sul, ao manter abertamente o domínio da Namíbia, se afirma

em termos que impossibilitam o apoio oficial dos países capitalistas, Pieter Botha, primeiro-ministro sul-africano, distribui ameaças, quer quanto a uma suspensão de exportações que são vitais para os países capitalistas, em resposta à aplicação de sanções, quer de intervenção militar na Rodésia, face ao apoio das forças progressistas à luta das forças patrióticas contra o regime de Smith, agora com o seu apêndice Muzorewa.



Ameaças que não se chocam com a clara posição de apoio a Pretória por parte do mundo capitalista. Não foi por acaso que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França afirmaram rejeitar a aplicação de sanções económicas contra a África do Sul. Ao mesmo tempo, por outro lado, como foi recentemente denunciado pelo ministro zambiano dos Negócios

Estrangeiros, a França canaliza para a África do Sul um fluxo contínuo de armas. Significativas também foram as palavras do embaixador norte-americano na ONU, que afirmou ter a SWAPO «prejudicado» as negociações com Pretória ao denunciar o carácter neocolonialista das pretensões e dos planos dos países capitalistas e ao colocar a justa exigência de desocupação militar do seu país — elemento básico, como é evidente, para uma verdadeira independência nacional. Fica assim clarificado que tipo de «autonomia» pretende o imperialismo «ofertar» ao povo da Namíbia.

Neste contexto, o caso do presidente racista Vorster, impellido a apresentar a sua demissão na sequência da publicação de um inquérito sobre as somas destinadas a uma campanha para promover a «apartheid» imagem do «apartheid», surge na sua verdadeira dimensão. O que está em causa não é apenas a promoção da imagem do racismo, ou o desvio de fundos, coisas correntes no capitalismo, mas também o afastamento de uma figura que já não interessa ao regime. Não constituiriam igualmente uma promoção do regime de Pretória as afirmações do actual primeiro-ministro de que a acção das forças patrióticas deverá esmorecer em função da «melhoria» do nível de vida das populações? Que «melhoria»?

Menos 15 milhões para as autarquias por decisão do PS, PPD e CDS

A aprovação das disposições da Lei do OGE para o corrente ano referentes às Finanças Locais constituiu mais uma afronta aos órgãos de poder local que, graças aos votos do PS, PPD e CDS na Assembleia da República, foram usurpados em mais de metade das receitas para investimentos a que têm direito pela Lei das Finanças Locais (1/79).

Rejeitando a proposta do PCP, que estabelecia o cumprimento integral da lei, aqueles partidos decidiram que, em vez dos 29,2 milhões de contos a que a alínea C) do artigo 5.º da Lei 1/79 obrigava, fossem transferidos para as autarquias apenas 14 milhões de contos.

Não se atrevendo a alterar a lei, tal a intensidade com que os eleitos dos seus próprios partidos têm clamado pela sua aplicação, PS, PPD e CDS lançaram mão de um argumento perfeitamente cretino para defraudar as autarquias de 15 milhões de contos: o adiantado do ano!

Num atentado à inteligência e à lógica mais elementar, pretendem aqueles partidos fazer crer que as autarquias, como só já dispõem de metade do ano para investir os recursos a que têm direito, bem se podem governar com metade (e no caso até menos) do que a lei estipula.

Como se aqueles partidos ignorassem que desde o início do ano os órgãos de poder local têm vindo não só a fazer despesas como a agravá-las, na medida em que muitos (quase todos) tiveram de recorrer ao crédito para manter a administração autárquica, contraíram dívidas, ou foram obrigados a suspender ou adiar obras programadas o que, obviamente, vem onerar os seus custos.

Como se aqueles partidos ignorassem, enfim, que a Lei das Finanças Locais não só atribui recursos às autarquias como lhes garante o direito da sua administração e lhes confere

capacidade para decidir da sua aplicação em anos futuros.

Cabe perguntar ao PS, PPD e CDS qual o respeito que lhes merece a legislação que eles próprios aprovam — e a Lei 1/79 foi aprovada por unanimidade!

Cabe perguntar ao PS, PPD e CDS que resposta têm a dar às autarquias onde dominam, aos seus eleitos e à população que neles votou, a braços com problemas que pensaram e acreditaram poder resolver com as verbas que afinal não irão receber.

Aplicação da Lei de Finanças reforça a Democracia

A justa indignação e compreensível frustração que os eleitos em particular e a população em geral sentem pela posição assumida pelo PS, PPD e CDS, não devem no entanto deixar que se perca de vista a importância da aplicação da Lei das Finanças Locais.

Com efeito, não obstante em termos financeiros não se vir a sentir este ano qualquer melhoria, até talvez pelo contrário, não são poucas as alterações positivas que esta Lei introduz na administração do poder local.

Finalmente terminou o sistema de atribuição de verbas decidido arbitrariamente, ao sabor da política de favores e desfavores das forças do poder central; finalmente não mais as romagens de mão estendida pelos Ministérios, na expectativa de subsídio ou comparticipação decidido a belo critério de cada ministério; também terminada, enfim, a imensa burocracia inerente a cada um desses pedidos de verbas.

As verbas dos municípios, até agora utilizada quantas vezes como armas de pressão de eleitorado ou de boicote da acção de eleitos, passaram a ser definidas segundo critérios fixados por lei.

Este facto, acrescido da liquidação do sistema de comparticipações e subsídios, representa uma importante vitória das forças democráticas, um passo fundamental para a consolidação e reforço do poder local.

A descentralização do poder e a conseqüente autonomia administrativa e financeira das autarquias, que a Constituição consagra, foi conquistada, malgrado as manobras dos partidos reaccionários e do próprio PS para o impedir, ou pelo menos retardar.

Ao defraudarem as autarquias locais em 15,2 milhões de contos, PS, PPD e CDS mostraram a sua verdadeira face. Após alimentarem esperanças de eleitos, de gritarem promessas, de aprovarem inclusive a Lei 1/79, votaram agora contra a sua aplicação integral.

Por receio sem dúvida de perderem por completo a «arma de pressão» dos dinheiros públicos. Na expectativa do que será o próximo governo. Mas também sem coragem de recusar plenamente a lei, o que os deixaria sem margem de manobra face ao eleitorado que depositou no poder local e na aplicação da Lei de Finanças a esperança de resolução de muitos dos seus mais prementes problemas.

Por tudo isso, mesmo sem os 15,2 milhões de contos a que legalmente têm direito, as autarquias e o poder local saíram reforçadas.

Na hora das eleições para as autarquias os demagogos de sempre voltarão com as suas promessas e juras de respeito pela autonomia administrativa e financeira, como o fizeram ao longo dos últimos três anos. Só que o exemplo de quanto valem as suas palavras não será esquecido!

O que eles disseram antes de subtrair os 15 milhões

A votação conjunta do PS, PPD e CDS que no passado dia 5 de Junho permitiu impedir que a Lei 1/79 fosse integralmente aplicada, leva a pensar que ou a demagogia é a principal arma daqueles partidos ou, em caso negativo, que a irresponsabilidade faz escola em todos eles.

Vem isto a propósito do que sobre a Lei de Finanças Locais disseram, ao longo dos últimos tempos, responsáveis máximos e figuras gradas do PS, PPD e CDS.

Partido Socialista

Mário Soares («Acção Socialista», 25 de Janeiro de 1979)

(...) Há trabalhos em execução que dependem da existência das verbas camarárias. Se estas não se concretizarem rapidamente, nos termos da Lei, todo o trabalho das Câmaras pode vir a ter que parar por falta de elementos disponíveis e líquidos. Ora uma tal eventualidade será não só altamente lesiva para as populações como uma machadada de consequências imprevisíveis no prestígio do poder local e, por consequência, da democracia.

(...) Se por atraso na regulamentação da Lei das Finanças Locais o Governo vier a esvaziar as Câmaras das competências que lhe são próprias e dos meios financeiros que lhe são absolutamente necessários para cumprir a sua importante missão, ofenderá gravemente a democracia local que importa preservar e desenvolver e tornar-se-á cúmplice de uma verdadeira conspiração contra o poder local.

J. Gomes Fernandes (Secretário Nacional para as Autarquias Locais — «Acção Socialista», 3 de Maio de 1979)

(...) A Assembleia da República votou e aprovou uma Lei que corresponde à vontade do povo português, a quem representa e perante quem presta contas (...). O atraso na aplicação da Lei das Finanças Locais é uma tentativa do seu esvaziamento, procurando concluir por redução ao absurdo da sua não necessidade, e é igualmente uma chantagem do Governo sobre as autarquias locais que continuam dele dependentes e em situação de favor.

(...) É fundamental que as verbas previstas pela Lei n.º 1/79 sejam rapidamente postas à disposição dos seus legítimos utilizadores — as autarquias locais — para a concretização das justas aspirações das populações e do prestígio da democracia através do poder local (...).

António Esteves — («Diário de Lisboa, 14 de Março de 1979)

(...) Por esta razão aprovou na Assembleia da República a Lei 1/79 que defende importantes interesses nacionais e cujo cumprimento integral é exigido pelo respeito a que todos os cidadãos são obrigados perante qualquer lei do Estado. (...)

PPD

«Povo Livre» (14 de Fevereiro de 1979) — Apolar a integral aplicação da Lei 1/79 (Lei das Finanças Locais), que constitui um marco histórico fundamental para a descentralização e reorganização administrativa do país e para um efectivo poder local, foi uma das principais conclusões das

Jornadas Municipais Sociais-Democratas, que se realizaram em Lisboa no passado sábado.

(Nos trabalhos estiveram presentes, entre outros, Menéres Pimentel, Amândio de Azevedo, Moura Guedes, Rui Machete, Sousa Franco, António Portugal, Casimiro Pires, Manuel Pereira, Vítor António e João Franco).

«Povo Livre» (21 de Fevereiro de 1979) — (...) O PSD considera positivo o compromisso de cumprimento integral da Lei das Finanças Locais assumido pelo Governo no Art.º 8.º da Proposta de Lei do OGE, mas discorda do atraso que a solução proposta pelo Governo acarretará na aplicação daquela lei.

O PSD exige que, entretanto, sejam desde já assegurados às autarquias os meios financeiros que lhes permitam o seu funcionamento efectivo. (...)

— Do comunicado final do Conselho Nacional do PPD.

Sá Carneiro («Povo Livre», 28 de Março de 1979)

(...) Parece-nos que a opção do Governo, que não merece o nosso acordo, foi tomada por uma discordância em relação à própria Lei das Finanças Locais. (...) Mas se o Governo não concorda com essa Lei, se ela lhe merece reservas, o único caminho para o Governo é apresentar uma proposta de lei com alterações à Lei das Finanças Locais.

Enquanto ela existir, tem de ser cumprida integralmente. (...) E se a Câmara viesse a aprovar essa alteração, é evidente que estaria a derogar — ainda que transitoriamente, visto que só seria aplicável neste exercício — a própria Lei das Finanças Locais.

CDS

Carlos Robalo — (Diário de Lisboa, 14 de Março de 1979)

(...) O facto das muitas dificuldades que surgirão, na inquestionável necessidade de proceder à reestruturação da máquina administrativa municipal, não é motivo nem razão justificável para que não se dê cumprimento à Lei das Finanças Locais.

(...) Não acreditamos que o Governo não queira cumprir a Lei, mas se tal viermos a confirmar, garantimos que na nossa condição de deputados, e na sede própria, a Assembleia da República, não deixaremos de, em nome do partido que representamos, o CDS, levantar a nossa voz, exigindo o cumprimento da lei e tomar medidas ao nosso alcance capazes de levar a um efectivo e correcto cumprimento da mesma.

Azevedo Campos — (Comércio do Porto, 23 de Abril de 1979)

(...) A população ocorreu em massa às urnas, na esperança de que eles pudessem resolver os problemas locais. Tal não aconteceu pela falta da Lei das Finanças Locais.



Na esteira do Governo Mota Pinto e das suas conhecidas posições reaccionárias, clara e repetidamente denunciadas pelas massas populares (a foto recorda-o), o PS, o PPD e o CDS impuseram às Finanças Locais uma solução que defrauda profundamente as autarquias

A diferença

De ânimo leve, como é seu uso e costume, PS, PPD e CDS acham que 15,2 milhões a mais ou a menos pouca diferença fazem às autarquias... pelo que se decidiram pelo «menos».

A diferença entre o que desta forma as autarquias vão receber e o que receberiam caso a proposta do PCP fosse aprovada — a aplicação integral da lei — dispensa quaisquer comentários.

Damos hoje dois exemplos. Outros se seguirão.

Viana do Castelo

Proposta PS/PPD/CDS (aprovada)
176 694 contos

Proposta do PCP
262 702 contos

Diferença: — 86 008 contos

Castro D'Aire

Proposta PS/PPD/CDS (aprovada)
81 129 contos

Proposta do PCP
144 569 contos

Diferença: — 63 440 contos

Aplicação da Lei 1/79 uma exigência

A exigência da aprovação da Lei das Finanças Locais, primeiro, e a da sua imediata e integral aplicação, depois, mobilizou as autarquias locais de todo o país.

Independentemente da composição política e partidária dos órgãos de poder local, a necessidade de autonomia financeira que permitisse levar à prática a autonomia administrativa impôs-se com uma urgência cada vez maior.

A braços com problemas de primeira necessidade para resolver, pressionadas cada vez mais pelas populações descontentes pelo agravar de carências de toda a ordem, as autarquias, mesmo as dominadas por eleitos de partidos reaccionários, foram obrigadas a exigir o desbloquear duma situação que caminhava rapidamente para a ruptura financeira.

A Assembleia da República chegaram durante meses centenas e centenas de moções exigindo a aprovação duma lei de finanças que garantisse a efectiva autonomia. E não só as Câmaras e Assembleias Municipais se pronunciaram, mas também as Juntas e Assembleias de Freguesia, Conselhos Municipais, Comissões de Moradores, Organismos profissionais, Reformados, Mulheres, etc., etc..

E as moções não pararam de chegar com a aprovação da lei pois desde logo se previu as dificuldades que se iriam levantar para a sua aplicação. E também desta vez se pronunciaram autarquias de todo o país, com as mais distintas composições partidárias.

Desde a Câmara Municipal de Aveiro à Assembleia Municipal de Viseu, onde o CDS domina, passando pela Assembleia Municipal de Ovar e pelas Câmaras Porto de Mós ou de Vila Nova de Famalicão, presididas pelo PPD, às Câmaras de Lisboa, Portimão, Setúbal, onde o PS foi o partido mais votado, só para citar alguns exemplos, se aprovaram moções — quase todas por unanimidade — reivindicando a integral e imediata aplicação da Lei 1/79.

Se é verdade que as autarquias locais geridas por eleitos do Povo Unido foram as primeiras a pronunciar-se nesse sentido, importa não esquecer que a elas se juntaram muitas e muitas mais.

A lei vai finalmente entrar em vigor, mas este ano as autarquias receberão menos 15,2 milhões de contos.

Para os eleitos de todos os partidos esta usurpação de verbas aprovada pelo PS, PPD e CDS não tem qualquer justificação. Muitas expectativas foram frustradas.

Há que sacar responsabilidades a quem as tem.

